

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho aborda a história da Escola Pública Mista da Margem da Estrada Geral, localizada na localidade de Santa Luzia na cidade de Criciúma – SC. O objeto de estudo surgiu a partir do momento em que decidi pesquisar a história da Escola de Educação Básica João Frassetto, localizada no Bairro Santa Luzia, Criciúma SC, e encontrei indícios que essa escola nem sempre se localizou no mesmo local e nem possuía a mesma nomenclatura, ou seja, sua história reside na história de outras escolas, que se modificaram para atender a educação de uma população que se expandiu. Mas, o motivo da pesquisa partiu da E.E.B. João Frassetto.

O período trabalhado remonta ao início do século XX até 1967, mostrando como a educação nessa escola surge de uma iniciativa comunitária e vai se tornando pública sob a responsabilidade do governo estadual. Atualmente, a E.E. B João Frassetto comemora sua data de fundação no ano de 1898, com 113 anos. Isto porque, na década de 1920, o governo transfere para a localidade de Santa Augusta uma escola que já havia sido fundada na localidade de Linha Anta no ano de 1898.¹

Ao longo de sua trajetória esta escola fez parte da vida de várias gerações deixando marcas nas lembranças de cada um que a vivenciou na infância, assim como fez parte de minha vida escolar. A motivação de minha pesquisa se deu a partir da E.E.B. João Frassetto e a falta de estudos sobre ela, pois acredito na necessidade e na importância em pesquisarmos a história das instituições escolares, com o intuito de dar visibilidade às lembranças de muitos sujeitos que fizeram parte dela e que ainda encontra-se em nosso meio.

Este trabalho tem como objetivo oferecer visibilidade a trajetória da Escola Pública Mista da Margem da Estrada Geral, focando nas recordações que envolvem as experiências de alunos/as e professores/as que passaram por ela. A escola se transformou, foi ampliada, transferida de lugar, as pessoas envelheceram, mas lembranças mostram pistas de um passado que remete ao mosaico da História da educação brasileira.

Para a elaboração desse estudo foi necessário o uso de fontes documental e oral. Além dos documentos encontrados no acervo da E.E.B. João Frassetto como o histórico da escola, as atas pedagógicas, fotografias entre outros, utilizei principalmente a metodologia da história oral. A história oral se apresenta como uma alternativa para a história oficial, que tinha apenas

¹ Histórico Escolar E.E.B João Frassetto. Santa Luzia – Criciúma. 1979.

os documentos escritos como as fontes verdadeiras para a pesquisa histórica. Ecléa Bosi² aponta que a história, que se apóia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. Deste modo, as narrativas tornam-se uma ferramenta preciosa para reconstrução da crônica do cotidiano em outros tempos.

Para construir o referencial teórico e possibilitar a reflexão sobre os acontecimentos e fatos que marcam a história da educação, fundamentei-me em autores que trabalham a categoria memória, como Ecléa Bosi (1994), Le Goff (2005) e Maria Luiza Sandoval Schmitd e Miguel Mahfoud (1993). Dentro da história da educação foi imprescindível a utilização dos cadernos elaborados pelo GRUPEHME (Grupo de pesquisas História e Memória), Ghiraldelli Jr. (2003) e Cyntia Machado Campos (2004) e para discutir o conceito de escola étnica foi indispensável as abordagens de Lúcio Kreutz (2000).

O trabalho foi dividido em três partes. O primeiro capítulo “O bairro Santa Augusta na organização dos espaços de habitação em Criciúma e sua escola” propõe contextualizar o período de ocupação do município de Criciúma pelos imigrantes italianos e também dá ênfase para a criação da escola por imigrantes e descendentes italianos no ano de 1905 no Bairro Santa Augusta, constituindo-se como escola étnica. Esta ação é resultado da vontade dos moradores em construir um educandário para seus filhos/as.

O segundo capítulo “A escola pelas lembranças de ex-professores/as” possibilita conhecer um pouco do processo de ensino aprendizagem do período, por meio das recordações de antigos/as professores/as.

O terceiro capítulo “Alunos e alunas: Experiências educacionais” aborda as experiências da infância em seu tempo escolar.

Desejo que por meio desse trabalho, o leitor conheça parte da história desta instituição escolar, percebendo que a história da educação se faz no dia-a-dia, seja dentro das salas de aulas, no recreio, nas brincadeiras ou na relação professores/as e alunos/as.

² BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos/ Ecléa Bosi. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 15

2 O BAIRRO SANTA AUGUSTA NA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE HABITAÇÃO EM CRICIÚMA E SUA ESCOLA

Para compreender a necessidade da criação de escolas durante o processo de ocupação do território que atualmente congrega o município de Criciúma, especialmente da escola objeto desse trabalho faz-se necessário revisitar na história como ocorreu o processo de imigração européia para o sul do Brasil. Esse capítulo busca em um primeiro momento apresentar como se deu o início do processo de formação do espaço de habitação em Criciúma, sobretudo na localidade de Santa Augusta, buscando analisar as formas de organização para a construção da escola, tendo em vista a necessidade de ter um espaço para a educação de seus filhos.

No final do século XVIII e durante o XIX, a Europa presenciava uma crise de ordem política e sócio-econômico. Na Itália os problemas com a subalimentação, as habitações insalubres e as baixas recompensas pelo trabalho foram fatores determinantes da má qualidade de vida. Marli Oliveira Costa baseando-se nos estudos de Rosely Isabel Corrêa sobre a situação de miséria dos italianos no período de imigração destaca da autora:

A população da Itália é mais do que excessiva. Mas, para muitos miseráveis, as condições de vida são insuportáveis, tanto que para não morrer de fome e inanição, são forçados a deixar a terra natal, atravessar o atlântico, confiar na sorte esperando que, por mais triste que isso possa ser, não seja tanto quanto o que experimentavam.³

A falta de perspectiva imediata de melhores condições de vida e a quase impossibilidade de acesso a terra, gerava um grande interesse e entusiasmo pela imigração.

O governo brasileiro criou então uma política de incentivo à imigração, pois era considerada necessária para o Brasil naquele período, pois carecia de braços fortes para manter a produção agrícola que assegurava a economia nacional. Além de atender uma demanda econômica, a entrada de imigrantes no Brasil visava contribuir para o branqueamento da população:

O imigrante, além de vir preencher uma demanda de braços para o trabalho, teria o papel de contribuir para o branqueamento da população, ao submergir na cultura brasileira por meio da assimilação (...) e, buscavam atrair

³ SANTOS, Roselys Izabel Corrêa. A terra prometida (emigração italiana: Mito e realidade). Itajaí, SC: Ed. UNIVALI, 1998 apud COSTA, Marli Oliveira. Tudo isso eles contavam: Memórias dos moradores do bairro Santo Antônio – Criciúma (1880-2000): secretária Municipal de Educação, 2000. p.24.

estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitiria a posse do território e a produção de riquezas.⁴

A vinda para o Brasil, por mais triste que poderia ser, representava uma alternativa de mudança das condições de vida que estavam vivendo na Itália. Homens e mulheres então, embarcaram em navios e seguiram para uma terra por eles desconhecida, sendo divulgada pela propaganda como um verdadeiro “paraíso aberto”.⁵

No Brasil, foram encaminhados as primeiras 30 famílias de imigrantes italianos que iriam formar o Núcleo São José de Cresciúma⁶, no ano de 1880. A área coberta pela mata atlântica era território de índios Xokleng que tinham na mata a base de sua sobrevivência. Entretanto, para as autoridades públicas a área era considerada como sendo natural e vazia, já que não havia sido habitada por homens brancos e a presença indígena era desconsiderada como civilização.⁷

Ao chegar ao núcleo colonial os imigrantes depararam-se com uma mata cerrada, sendo que a única ferramenta de trabalho recebida foi um machado entregue pelo representante da Comissão de Terras e Colonização. Os imigrantes munidos de foices e machados encaminhavam-se para seus respectivos terrenos, abrindo picadas, tomando posse de seus lotes para construir seus casebres e realizar as primeiras plantações.

Padre Luigi Marzano, em seu livro “Coloni Missionari nelle Foreste del Brasile” (Colonos e Missionários Italianos nas Florestas do Brasil), escrito no início do século XX (iniciado em 1899 e publicado na Itália em 1904), descreve as dificuldades vivenciadas pelos os colonos italianos ao chegarem as novas terras no Sul do Brasil:

As primeiras noites foram passadas ao ar livre. Alguns tiraram dos baús as roupas e ferramentas trazidas da pátria e ali dentro colocavam as crianças para dormir à noite, e as protegiam também durante o dia, com medo dos animais selvagens. Mas logo os homens derrubaram árvores, construíram cabanas e as cobriram com folhas. Por certo, não faltou arrependimento do passo dado, mas já não era tempo de remediar. Era preciso adaptar-se e buscar saídas. E foi o que fizeram. Assim, a duras penas, foram fundadas as colônias do Sul do Brasil.⁸

⁴ OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Brasil dos imigrantes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002, p. 10-13.

⁵ MILANEZ, Pedro. Fundamentos Históricos de Criciúma. / Pedro Milanez. Florianópolis: Ed. do autor, 1991. pág. 28.

⁶ Denominada naquele período de núcleo São José de Cresciúma, que pertencia ao município de Araranguá. A emancipação do núcleo colonial do município de Araranguá deu-se no ano de 1925, pelo decreto 1516 de 04/11/1925. COSTA, Marli. Op. cit. p. 24.

⁷ NASCIMENTO, Dorval do. Agricultura e mineração na formação do espaço urbano de Criciúma. In: GOULART FILHO, Alcides (org.) Memória e cultura do carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade

⁸ MARZANO, Luigi. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil. (Coloni missionari nelle foreste del Brasile)*. (1985, p. 54-63).

O núcleo colonial que deu origem ao município de Criciúma passou a existir a partir do mapeamento e demarcação das terras que estava a cargo do engenheiro Francisco Ferreira Pontes, encaminhando os colonos para seus respectivos lotes⁹. Os italianos foram comprando e dando origem a várias pequenas colônias. De acordo com Pedro Milanez, os lotes de cada família de imigrantes deveriam ser pago no prazo de até cinco anos:

O pagamento podia ser em dinheiro, com produtos agrícolas das colheitas, ou então em mão-de-obra, trabalhando 15 (quinze) dias por mês, em serviços do governo, na abertura de estradas, pontes e outros. Nas mesmas condições eram pagas as despesas da viagem desde a partida da Itália até o destino final.
10

Algumas famílias dirigiram-se para as terras ao sul da colônia, atualmente chamada de Santa Augusta e Santa Luzia. Entre algumas estavam as famílias: Just, Meller, Dagostin, Simão, Dário e Biléssimo.

Antônio Meller, descendente de imigrantes italianos, lembra das histórias contadas por seus pais sobre a chegada das famílias as novas terras:

E eram seis famílias que vieram para cá, então ai, os guardas, porque tem os guardas né, que colocaram as famílias e soltaram... na igreja, as seis famílias, deram um lote cada, e ai fazer o que? Começar a vida, então, improvisaram um alojamento, feito de palha, de eucalipto, e coisas pra se abrigar, até que depois conseguiram fazer um rancho de cada um.¹¹

Iniciar uma nova vida não foi fácil, tudo era desafio. A limpeza do terreno para construir sua primeira moradia seria o início, marcando a referência para o novo lar e criando as bases para a economia familiar. O trabalho de sol a sol exigia do colono muita persistência no desenvolvimento da tarefa.

Além das grandes dificuldades encontradas pelos imigrantes italianos ao chegarem as novas terras, a preocupação com a educação escolar também apresentava-se como uma das prioridades. No entanto a realidade do ensino público no Brasil até meados do século XX era altamente deficitária.

A comunidade de Santa Augusta não encontrando nenhuma escola pública e sem perspectivas para serem atendidos o seu pedido, tem como solução contratar um professor para lecionar para os seus filhos, revelando um caráter de escola comunitária. Esta iniciativa não era

⁹ BELOLLI, Mário. A colonização italiana na região de criciúma. In PIAZZA, Walter. Italianos em Santa Catarina. Et al. Florianópolis: Lunardelli, 2001. p.339

¹⁰ MILANEZ, Pedro. Op. cit. p.34.

¹¹ Antônio Meller nasceu em Criciúma em 21/05/1925. Entrevista concedida à Giani Rabelo. Criciúma 19/02/2008.

diferente em outros núcleos coloniais. Marli de Oliveira referindo-se sobre as primeiras experiências educacionais após a chegada dos imigrantes (1880), afirma que:

O Bairro Morro Estevão, que também já foi denominado Núcleo Hercílio Luz [...] em 1905 encontramos registros que falam de atividades escolares, em que um professor de origem italiana recebia proventos da própria comunidade para ensinar seus filhos e filhas. Em 1913 essa mesma comunidade fez um abaixo-assinado, ao então governador de Santa Catarina, para terem uma escola pública.¹²

Na localidade de Linha Batista colonizada por imigrantes poloneses, semelhante aos outros núcleos coloniais, vão ter sua primeira experiência com a educação escolar a partir do início do século XX, como afirma Giani Rabelo ao analisar uma entrevista realizada com Casimiro Tibincoski:

Conta o Sr. Casimiro Tibincoski que a maioria dos imigrantes poloneses eram alfabetizados na própria língua. Mesmo sem condições de construir um estabelecimento escolar, as crianças eram reunidas em casas particulares para receberem as primeiras instruções e como não tinham trazido nenhum profissional da educação, os educadores eram escolhidos entre os que sabiam mais, e assim, assumiram a educação os senhores: João Machinski e Gabriel Bartosiak, em Linha Batista (...).¹³

Percebe-se que a criação de escolas com caráter étnico/comunitário como aconteceu na comunidade de Santa Augusta, era comum nas diversas colônias de imigrantes. Kreutz¹⁴ afirma que a formação de escolas étnicas foi marcante no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, demonstrando a importância dada pelos imigrantes com relação a educação. Para o autor a organização de escolas étnicas não deve ser atribuída como uma alternativa prévia dos imigrantes, mas devido as condições do contexto da imigração.

Em Criciúma, em Santa Augusta, ocorreu também uma experiência de escola étnica, semelhante a descrita por Lúcio Kreutz. Experiência breve, mas, que marcou a vida dos descendentes de italianos que habitavam o local nos anos de 1905 até a década de 1920. Para conhecermos essa experiência revisitaremos a construção da escola.

¹² OLIVEIRA, Marli. História e memória: a infância nas escolas étnicas de Criciúma (SC) I Seminário Educação, Imaginação e as Linguagens Artístico-Culturais, 5 a 7 de setembro de 2005.

¹³ RABELO, Giani. Vozes e vidas de professores e professoras. In: RABELO, Giani et. al. Casimiro Starchurski: das aulas particulares/comunitárias ao ensino público municipal. Criciúma: UNESC, 2004.

¹⁴ KREUTZ, Lúcio. (2000). A educação de imigrantes no Brasil. In LOPES, E. et al (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica. p. 348.

2.1 CONSTRUÇÃO DA ESCOLA

No início da colonização de Criciúma as circunstâncias não permitiam que toda a população tivesse acesso ao ensino, pois muitas residências ficavam distantes uma das outras, dificultando o deslocamento da criança em idade escolar. Os filhos de imigrantes que moravam nas proximidades de Santa Augusta interessados em estudar, eram obrigados a percorrerem longas caminhadas até a escola particular com o ensino destinado apenas para os meninos. Esta escola foi criada no ano de 1900 pela Associação de Santo Antônio com a ajuda do Governo italiano, tendo como professora Giacinta Prossa Coccolo.¹⁵

Kreutz¹⁶ discutindo sobre a formação das escolas étnicas no Rio Grande do Sul afirma que estas se constituíam em espaços de afirmação e de reelaboração das características culturais dos grupos. Significa dizer que eram escolas cujo currículo retratava as dimensões culturais próprias do respectivo grupo, como língua, religião, modo de ser e valores.

Apesar de existir distinções quanto ao nível de alfabetização entre imigrantes, estes apresentavam uma consciência maior sobre a importância do acesso a escola, empenhando-se pela sua criação. Kreutz¹⁷ afirma que para aqueles imigrantes que provinham de regiões escolarizadas a preocupação pela escola fazia sentido e manifestava-se fortemente, no entanto, pela falta de escolas públicas alguns grupos de imigrantes buscavam criar escolas com caráter comunitário. Outros grupos ainda pressionavam o governo para que fossem criadas escolas públicas a fim de garantir aos seus filhos o acesso a ela no novo cenário de organização social.

Os imigrantes italianos não possuíam nenhum interesse em enfatizar as escolas étnicas. Solicitavam ao governo em favor de escolas públicas para que as crianças aprendessem a língua portuguesa e tivessem uma melhor adaptação social. Segundo Kreutz¹⁸, entre as quatro etnias de imigrantes com maior número de escolas, os italianos foram os que menos vincularam a escola com suas organizações comunitária e cultural, sendo que a igreja tinha maior peso. Isso teria ajudado a reivindicar mais cedo o acesso à escola pública.

Sobre isto Moretto Ribeiro também afirma que:

As comunidades rurais aceitam a escola particular italiana, mas não como uma situação definitiva. Sistemáticamente tomam a iniciativa de apelar para o

¹⁵ BELLOLI, Mário. Op. cit. 369.

¹⁶ KREUTZ, Lucio. Op. cit. p. 349.

¹⁷ Ibidem. p. 348

¹⁸ KREUTZ, Lucio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. p. 168 Disponível em: http://www.Anped.Org.br/rbe/rbedigital/RBDE15_11_LUCIO KREUTZ.pdf.

poder público a fim de que participe na manutenção da escola e, principalmente, assumo o pagamento do professor.¹⁹

As escolas formadas pelos imigrantes italianos principalmente no meio rural, eram erigidas pelas próprias famílias da comunidade e que dificilmente recebiam alguma ajuda da Itália. Apenas as escolas mais próximas dos centros urbanos que recebiam a ajuda do governo italiano.

O alto índice de analfabetismo existente no Brasil também se apresentava como umas das dificuldades para os imigrantes. A educação estava distante não só dos imigrantes, mas também dos próprios brasileiros.

Os imigrantes pressionaram o Estado em favor de escolas públicas. Mas no período mais intenso da imigração, a partir de 1890, o Brasil tinha um sistema escolar altamente deficitário, com uma população de mais de 80% de analfabetos. Não tendo condições ou política prioritária para a oferta de escolas, o governo estimulou os imigrantes a abrirem escolas étnicas.²⁰

Devido à precariedade do ensino público e a falta de escolas, o colono era obrigado a escolher as pessoas mais capacitadas para ensinar a ler e escrever. Era necessário conformar-se com o melhor que houvesse, pois não eram professores formados os que iam lecionar, mas sim os que, na Itália, tivessem recebido uma razoável instrução e que, mediante a uma pequena retribuição, procuravam fazer da melhor maneira. A localidade de Santa Augusta também esteve dentro desta realidade.

A comunidade teve sua primeira experiência escolar por volta do ano de 1905, como escola comunitária lecionada por um imigrante italiano. O senhor Antônio Meller lembra que devido às longas caminhadas realizadas pelas crianças que desejavam estudar, resolveu-se escolher um senhor da comunidade para lecionar as aulas aos filhos dos imigrantes.

Era escolhida a pessoa que fosse mais instruída entre os moradores da comunidade, possuindo maiores conhecimentos podendo ensinar as crianças. Na fala do senhor Giácomo Sonego Neto²¹, um dos primeiros imigrantes de Criciúma (1880), afirma que se escolheu “o mais inteligente que veio, era professor da Itália, era o velho Dário”. Ele ainda salienta que “às vezes a gente não diz isto para não desmoralizar as outras pessoas”. Demetrio Dário foi o escolhido pela comunidade para lecionar as aulas.

¹⁹ MORETTO RIBEIRO, Liane Beatriz. Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul. 1990. p. 557.

²⁰ KREUTZ, Lucio. Op. cit. 161.

²¹ Giácomo Sonego Neto. Entrevista realizada por Joice Quadros. Criciúma 14/09/1977. Arquivo histórico Pedro Milanez.

Demetrio Dário nasceu na Itália no dia 13 de Julho de 1833. Dário foi um dos incentivadores para vir para o Brasil, sendo o responsável por reunir os interessados que desejavam embarcar para a América e pegar as assinaturas nos contratos.²²

Ao chegar da Itália, Dário é encaminhado para a região de Santa Augusta na margem direita do Rio Sangão, junto de sua esposa Giovanne Da Rós (Joane Darós) e seus seis filhos. No Brasil, o senhor Dário dividiu-se entre a agricultura como forma de sobrevivência e lecionar as aulas para as crianças.

Carmela Milanez²³, neta de Demetrio Dário, lembra as histórias que sua mãe contava sobre o seu avô. Carmela conta que Dário foi o responsável pela alfabetização de seus próprios filhos e também das crianças que moravam na região. Seu pai, Giuseppe Milanese (José Milanese)²⁴, também teve aulas com seu avô e, para chegar até a casa de Dário percorria um longo trajeto a pé em meio às picadas no meio do mato. As aulas eram realizadas em sua própria casa sempre em língua italiana, sendo utilizado como material para as aulas, a pena de galinha ou de peru e a tinta feita de amaranto²⁵.

Os livros utilizados para ensinar as crianças a ler e escrever, em grande parte eram trazidos da Itália pelos imigrantes. No entanto, durante o Estado Novo (1937 – 1945) período em que o Brasil caminhava em um ideal nacionalista, era necessário aos olhos do governo, tomar medidas para que nada ameaçasse as pretensões nacionais. Os materiais didáticos, livros e jornais utilizados pelos estrangeiros eram fortemente controlados pelo governo brasileiro.

Giácomo Sonego lembra que o senhor Dário trouxe vários materiais da Itália, desde os livros de gramática, como também fotografias, revistas reportagens referentes à Itália.

A gramática italiana, os livros que o nono Dário tinha era... te lembra daquelas caixas de querosene, que vinha querosene, era três caixas cheias. Quando foi a época da revolução daqui, vieram aqui em casa quando eu não estava. O nono dizia assim: Ô Délia [...]... vem aqui, o que ela não compreendia então, queimava. Gramática italiana, livros. [...] queimaram tudo, até as fotografias, revistas que vieram da Itália, ilustrada do rei da Itália.D. Vitório Manuel, mas que reportagem lindíssima! Queimaram tudo.²⁶

Na frase expressada pelo senhor Giácomo Sonego “*queimaram tudo*”, podemos perceber a nostalgia ao lembrar dos objetos que não sobreviveram à queima e a fúria

²² MILANEZ, Pedro. Op.cit. 28.

²³ Carmela Milanese nasceu em Criciúma em 06/11/1926. Depoimento coletado por Jane Schardosim. Criciúma, 10/08 2011.

²⁴ Casou-se com Maria Giovanna Dário filha de Demetrio Dário.

²⁵ Gênero de plantas herbáceas.

²⁶ Giácomo Sonego Neto, entrevista citada.

nacionalista. Ecléa Bosi²⁷ discutindo sobre os “objetos de memória”, coloca que a sociedade destruiu os suportes materiais da memória, bloqueando os caminhos da lembrança, arrancando os marcos e apagando seus rastros, aparecendo apenas a frase repetida dezenas de vezes pelos recordadores “já não existe mais”.

A partir do ano de 1910 com o governo de Vidal Ramos (1910-1914), ocorre de maneira sistemática a primeira campanha de nacionalização do ensino. O ensino público catarinense foi objeto de uma ampla reforma sob o comando do professor paulista Orestes Guimarães. O programa de Orestes Guimarães (1911) fundamentou-se basicamente na criação de grupos escolares, aumentando o número de escolas públicas isoladas com fins de assimilar o grupo de imigrantes. No entanto, esta Campanha atingiu em um primeiro momento apenas as cidades principais. Nas escolas da zona rural o governo teve maiores dificuldades devido aos grandes gastos e a falta de professores, como acrescenta Nascimento:

No fechamento de seu governo, quando faz uma avaliação do quadriênio 1910-1914, o governador Vidal Ramos reconhece ‘que para as escolas isoladas os benefícios da reforma serão evidentemente mais demorados’. E acrescenta que ‘de um momento para outro não lhes podem dar instalações convenientes nem professores reconhecidamente capazes’.²⁸

A necessidade das escolas isoladas sempre foi incontestável, mas a política educacional vigente, que privilegiava flagrantemente os núcleos urbanos, as relegava a um contínuo exercício de carências. As escolas isoladas durante este período era bastante precária, necessitando de um bom investimento que os governantes afirmavam não possuir. Vidal Ramos busca justificar a criação de escolas nas principais cidades, mas que não descuidaria das escolas isoladas, embora os benefícios da reforma demoraria alcança-lás.

Na comunidade de Santa Augusta, Francisco Meller líder político, a pedido dos pais dos alunos da localidade, faz campanha para a instalação de uma escola pública na comunidade, devido ao grande número de alunos. Em meados de 1920 o governo catarinense percebendo a necessidade na região de Santa Augusta, fechou a escola de Linha Anta, transferindo para a localidade de Santa Augusta, pois até o momento a localidade não contava com nenhuma escola pública. A localidade denominada Linha Anta no período mencionado, situava-se desde o atual “corte” próximo ao bairro Pio Corrêa, atravessando toda a extensão da

²⁷ BOSI, Ecléa. Op. cit. p. 19

²⁸ NASCIMENTO, Dorval do. Medidas nacionalizadoras do ensino catarinense na primeira república (1911-1920). In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. [Anais do] VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul: pesquisa em educação e inserção social: UNIVALI, 2008. Disponível em: <>. Acesso em: 30 set. p. 128.

região da Próspera até o início do município de Morro da Fumaça. Pelos registros e lembrança é difícil precisar que parte da Linha Anta que se localizava, visto que para essa localidade se instalaram em diferentes proporções de terra, italianos, poloneses e alemães. Em 1920 já havia mineração no local e junto com essa atividade, os imigrantes do litoral.

De acordo com as lembranças de Antônio Meller, a transferência da escola aconteceu:

Quando conseguiram em mil novecentos e vinte e cinco, quando fundou Criciúma, então o prefeito Marcos Rovaris, conseguiu a escola, porque o governo tinha mandado uma escola lá pra banda da Linha Anta, mas não sei qual o motivo que lá não deu, e então ele cedeu aqui para a nossa comunidade, onde eu estudei também.²⁹

No entanto, segundo os registros encontrados pelo historiador Mário Belolli³⁰, a escola foi transferida para Santa Augusta no dia 18 de Maio de 1922. Segundo o historiador, a escola teria sido fundada no dia 30 de Março de 1898 na localidade de Linha Anta como escola estadual. Tendo esta escola funcionado até o ano de 1902, ano em que foi extinta devido a falta de alunos, sendo recriada no ano de 1920. No entanto, a pedido de alguns líderes de Santa Augusta alegando que a região possuía um maior número de alunos, a escola foi transferida para a comunidade.

Ao analisar as informações encontradas sobre a transferência da escola percebemos algumas contradições entre as fontes, tendo em comum apenas a década de 1920. Procurando sublinhar a importância e a riqueza de cada documento e a contraposição entre elas, pois o “cruzamento dos conteúdos é nesse sentido, uma operação fundamental”³¹ apresento as duas fontes documentais.

Ficou estabelecido entre as lideranças da comunidade e o governador de Santa Catarina, que a comunidade construiria o prédio escolar e o governo mandaria a professora. A escola foi construída de madeira pelos próprios moradores em um terreno próximo a atual igreja de Santa Augusta, passando então a se chamar Escola Pública Estadual Santa Augusta.³²

Conforme o acordo, após a construção do prédio escolar na comunidade de Santa Augusta, o governo encaminha uma professora para lecionar as aulas. É importante salientar o número insuficiente de professores formados e conhecedores do novo método de ensino que se implantou desde a reforma de Orestes Guimarães. Nascimento aponta que “os professores

²⁹ Antônio Meller, entrevista citada.

³⁰ BELOLLI, Mário. Op. cit. p. 370.

³¹ MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares: realidades e perspectiva na educação portuguesa. Livro de resumo do V congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Évora, Portugal, 2004.

³² Ver anexo A : Foto antiga da Escola Pública Santa Augusta.

formados na Escola Normal e com experiência nos grupos escolares, se recusavam a trabalhar no interior, longe de sua cidade e em situação precária de sobrevivência”³³.

Após ter passado outras três professoras pela escola de Santa Augusta desde sua fundação como escola pública, cujo nome se desconhece, no ano de 1925 é encaminhada de Florianópolis a professora Laurinda dos Santos Coelho, mais conhecida como a dona Lili, para dar aulas na comunidade. Dona Lili, como era chamada, lecionou na Santa Augusta até o ano de 1936 quando foi embora para Porto Alegre, ficando em seu lugar a professora Rosa Manentti Meller.

Em meados de 1930 a escola de Santa Augusta foi transferida de local, devido algumas discussões políticas entre os moradores da Santa Luzia. Segundo as lembranças do senhor Antônio Meller:

Leccionou aqui na Santa Augusta até por volta de mil novecentos e trinta e seis, trinta e sete por aí, aonde eu estudava também, mais a maioria dos alunos vinham desde lá onde era o aeroporto, daquelas famílias lá, Santa Luzia, depois da Cruz, que é a União hoje chamam, e vinham aqui do Santo Antônio também, aqui na Operária não tinha escola, mas a maioria dos alunos eram daqui da parte do aeroporto por ali, então surgiu a discussão e coisa e tal, então foi deslocado, em conjunto, em reunião, deslocaram a escola daqui para ali pra Margem da Estrada Geral.³⁴

Um dos motivos alegados pelos moradores de Santa Luzia era que a maioria dos alunos que estudavam na escola de Santa Augusta pertenciam a localidade de Santa Luzia.³⁵ Contudo, os moradores daquela região mobilizaram-se para transferir a escola, alegando as dificuldades que os alunos passavam para chegarem até a escola, pois em épocas de chuvas o Rio Sangão enchia obrigando os alunos caminharem por atalhos perigosos.

Após as solicitações dos moradores da comunidade de Santa Luzia reivindicando a transferência da escola, esteve presente no local um inspetor para tratar do assunto:

Aos 7 dias do mês de Março de 1937 estive nesta localidade para tratar dos interesses da localização da Escola P. da (localidade) Santa Augusta. Em defeza (defesa) da instituição e no interesse da população, ficou definitivamente assentada a questão de terreno e prédio escolar, em benefício de que os presentes prontificaram a propugnar.³⁶

Com a visita do inspetor escolar foi efetuado um contrato, em que o senhor Antônio Just, morador da comunidade de Santa Luzia, doaria o terreno para a construção da nova

³³ NASCIMENTO, Dorval do. Op. cit. p 130.

³⁴ Antônio Meller, entrevista citada.

³⁵ Ver anexo B: Mapa do bairro Santa Augusta e bairro Santa Luzia.

³⁶ Termo escolar da Santa Augusta – Criciúma. 07/03/1937.

escola.³⁷ A construção da escola ficou a cargo dos moradores da localidade, doando também as madeiras.

Maria Just tem lembranças sobre a construção e o local estabelecido para a construção da nova escola, ela coloca que:

Acontecia o seguinte, esta escola começou a se chamar no início Escola Pública Mista da Margem da Estrada Geral, porque ali chamava-se Estrada Geral que era uma estrada que ia de Criciúma à Nova Veneza ou de Criciúma à Araranguá, até Mãe Luzia, Mãe Luzia dividia, então é estrada Geral de Criciúma à Nova Veneza ou de Criciúma à Araranguá. Ela era uma casinha de madeira que foi construída na época, ainda me lembro da história, pelos moradores da comunidade, o Estado oferecia a professora, que pra ter esta professora ali para seus filhos, três ou quatro pais fizeram um título de eleitor que na época se fazia em Araranguá, para o estado mandar uma professora.³⁸

A lembrança presente no relato de Maria Just nos permite ter uma idéia daquilo que um dia fez parte da história da escola João Frassetto. Para Maria Luisa Sandoval Schmidt e Miguel Mahfoud, apoiados em Maurice Halbwachs, “o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito”³⁹. Desta forma, o grupo está presente para o sujeito não necessariamente pela sua presença física, mas pela possibilidade que o sujeito tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum ao grupo, pois segundo os autores a “vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem lembranças”.⁴⁰

Na inauguração o cenário da nova escola contava além da presença dos pais, dos alunos e a professora, com várias autoridades da época, sinalizando uma grande comemoração entre os moradores da comunidade, como descreve o Termo Escolar:

Aos 7 dias do mês de Junho de 1937, presentes os Srs. Deputado Heriberto Hulse, prefeito Elias Angeloni, telegrafista Addo Faraco, autoridades, professora, alunos e pais dos alunos. Dei por inaugurado a nova casa da escola na Margem da Estrada Geral, e, transferida de Santa Augusta. Usei a palavra, iniciando as atividades escolares, abrindo assim, os trabalhos no novo prédio.
41

³⁷ Ver anexo C: contrato do de Antônio Just para a construção da escola.

³⁸ Maria Just Harger, nasceu em Criciúma no dia 06/01/1942. Entrevista concedida a Jane Schardosim. Criciúma 04/04/2011

³⁹ SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval e MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória coletiva e experiência. Psicologia USP, São Paulo, 1993, p. 288.

⁴⁰ Idem. p. 288.

⁴¹ Termo escolar Santa Augusta – Criciúma. 07/03/1937.

A nova escola passou a se chamar Escola Pública Mista da Margem da Estrada Geral, sendo transferida a escola da localidade de Santa Augusta.

Neste capítulo percebemos como ocorreu a fundação da escola na localidade de Santa Augusta até a sua transferência para a Margem da Estrada Geral, observando as suas modificações de acordo com as necessidades em cada período. No próximo capítulo analisaremos as lembranças de personagens que fizeram parte desta história, os professores.

3 A ESCOLA PELAS LEMBRANÇAS DE EX-PROFESSORES/AS

Como vimos no capítulo anterior, a fundação da escola se deu através das necessidades sentidas pelos imigrantes que se estabeleceram na região. Devido à precariedade do ensino público no Brasil no período da colonização, os imigrantes formaram escolas comunitárias com o objetivo de educar seus filhos, no caso desse estudo, na localidade de Santa Augusta.

Tendo a consciência da importância da pesquisa em História da Educação esse capítulo apresenta alguns, dos muitos aspectos educacionais vivenciados na escola, através das recordações de alguns professores/as que fizeram parte dessa história.

3.1 ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Ao oferecer visibilidade aos aspectos do fazer pedagógico da Escola Pública Mista da Margem da Estrada Geral e as suas experiências educacionais, apresenta-se uma parte da história da educação pública brasileira. A fonte principal para apresentar as experiências educacionais vivenciadas nessa escola são as entrevistas realizadas com antigos professores. As recordações foram problematizadas a partir das memórias, o que significa levar em consideração também os esquecimentos. Além disso, é importante salientar que ao trabalhar com reminiscências, lidamos com as emoções que os narradores evocam quando recordam melancolia, alegrias e até angustias.

De acordo com Le Goff⁴² a memória, é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. A memória, entre lembranças e esquecimentos seleciona a partir dos anseios individuais e coletivos do presente, os fatos que devem e podem ser lembrados ou esquecidos. Pois, muitas vezes, esquecer significa uma vontade inconsciente, ou por vezes até consciente, para não trazerem de volta recordações desagradáveis, angustiante ou simplesmente esquecer é uma opção manifestando-se no ato de calar.

⁴² LE GOFF, Jacques. Op cit. p. 469

Mário Sonogo, ex-professor na escola da Margem da Estrada Geral, conta que começou a dar aulas nesta escola em 1948, já formado no Curso Normal Regional:

Primeiro eu fiz o Complementar que dava direito de lecionar e também fiz o Curso Normal Regional. Então, deu no Diário Oficial que tinha uma vaga lá na escola da Margem da Estrada Geral. Eu queria essa vaga, e a professora que ali estava chamada Hilda Meller, teve que sair, porque ela não possuía o Normal Regional e era obrigado a ter.⁴³

No período em que lecionou nessa escola, Mário Sonogo dava aulas para o 3º e 4º ano na mesma sala, dividindo no quadro os conteúdos para cada turma. Mário Sonogo lembra bem sobre o aspecto físico da escola. Ele aponta que “era uma escolinha de madeira com uma única sala e o banheiro ficava do lado de fora da sala”.

Maria Just, também professora nesta escola, ao recordar sobre quando começou a lecionar no ano de 1958 na Escola da Margem da Estrada Geral coloca:

Em 1958 quando eu estava na 8º série, tinha 16 anos, uma das professoras que eu não sei hoje precisar quem era saiu, transferiu-se ou se aposentou, não lembro do detalhe e, como eu morava perto da escola e estava estudando julgou-se que eu tinha capacidade de trabalhar nesta escola. Neste período (1958) já se dividiram as séries, uma professora dava a 1ª série que ensinava a ler e escrever e outra professora dava aula pra 2ª e 3ª série. E essa foi a minha tarefa, dar aula pra 2ª e 3ª série. A escola dali no começo era uma escola com poucos alunos, provavelmente juntando as três séries daria uns 30 alunos, se é que daria.⁴⁴

A forma de ensino neste período acontecia de forma multisseriada. Rabelo⁴⁵ afirma que “essas escolas se constituíam com apenas uma classe e um professor, lecionando de forma multisseriada”. Ou seja, este espaço era marcado pela heterogeneidade, reunindo grupos com diferenças de sexo, de série, de idade e de domínio de conhecimentos.

Fagundes e Martini discutindo sobre as “Políticas educacionais: da escola multisseriada a escola nucleada” apontam a importância que o ensino multisseriado teve no contexto educacional em Santa Catarina. Esta prática de ensino, segundo os autores teve “um papel determinante e quase que exclusivo na alfabetização do meio rural catarinense”.⁴⁶

⁴³ Mário Sonogo, nasceu em Criciúma em 26/07/1930. Depoimento coletado por Jane Schardosim. Criciúma, 05/10/11.

⁴⁴ Maria Just, entrevista citada.

⁴⁵ RABELO, Giani; LOURENÇO, Leila; COSTA, Marli de Oliveira. A escola na colina: Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz (1905-2002). Criciúma, SC: UNESC, 2003. p. 31

⁴⁶ FAGUNDES, José; MARTINI, Adair César. Políticas Educacionais: da escola multisseriada a escola nucleada. Universidade Estadual de Ponta Grossa: 2003. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/684/68460108.pdf>. Acesso em: 15 Set. 2011.

3.2 OS REFLEXOS DA POLÍTICA NACIONALISTA NESSA ESCOLA

Nos anos de 1937 a 1945 com a implantação do Estado Novo no Brasil, a educação foi estrategicamente utilizada em um projeto específico de nacionalização, com a intenção de eliminar qualquer subversão aos ideais nacionalista. Embora o Estado Novo vai até 1945, pela fala dos narradores percebe-se a continuidade de diversas práticas educativas entre os anos de 1950 à 1960. A escola tinha como função resguardar a ordem social dentro das instituições. Neste sentido, a frequência dos alunos em idade escolar se apresentava como uma das medidas, pois obrigava os cidadãos de um mesmo Estado “a compartilhar de um comunitarismo específico cujas condições culturais eram determinadas, onde o que era dito e produzido deveria ser minuciosamente controlado”.⁴⁷ Sobre o controle à frequência escolar Maria Just recorda sobre a quitação escolar⁴⁸:

Quando eu comecei a dar aula, existia um formulário muito interessante. Este formulário chamava “quitação escolar”. Quando surgiram os mineiros que foi mais ou menos na década de 1950, uma forma de obrigar eles colocarem os filhos na escola era uma forma de provar no dia do pagamento. Então nós preenchíamos na escola um formulário que chamava quitação escolar e dizíamos nesta quitação que o fulano de tal, filho de fulano de tal, estava frequentando regularmente a escola. Só com este papel que o pai recebia o pagamento, esta era uma forma de mandarem os filhos para a escola.⁴⁹

Foi elaborada diretrizes para a gestão de uma política que pretendia a introdução, na sala de aula, da padronização do ensino em um ambiente de reprodução de formas de pensar, viver e sentir conformados aos ideais nacionalistas. Cyntia Machado Campos discutindo sobre “As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas” coloca:

Medidas foram tomadas para tornar obrigatória a frequência escolar, como a ‘quitação escolar’ e a proibição do ensino domiciliar. A quitação escolar previa que a população catarinense, para ser admitida ou promovida em serviço público, para ter contrato com o Estado ou receber dinheiro público, deveria antes obter, junto à escola mais próxima de sua residência, um atestado de que suas crianças frequentavam a escola oficial.⁵⁰

⁴⁷ VENERA, José Isaías. Tempo de ordem: a construção discursiva do homem útil. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí. p. 77.

⁴⁸ Ver anexo D: Formulário quitação escolar.

⁴⁹ Maria Just, entrevista citada.

⁵⁰ CAMPOS, Cyntia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: BRANCHER, Ana (org). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.p. 150.

Em caso do não cumprimento do decreto estabelecido e se as justificativas não fossem aceitas, as punições aconteciam através de multas. A vigilância e execução do decreto ficavam sob a responsabilidade dos professores, diretores, aos inspetores escolares e também dos promotores públicos.⁵¹

Além da frequência escolar, outras medidas foram decretadas durante o governo Vargas. A uniformização das atividades curriculares desempenhou um controle aos conteúdos repassados em sala de aula. No currículo escolar estava presente o aprendizado de hinos e canções patrióticas, festividades cívicas com o hasteamento da bandeira, utilizando sempre a língua vernácula. Maria Just recorda que durante as aulas:

Se decorava muita poesia, se cantava muitos hinos, a gente tinha um caderno exclusivo pra cantos, todos os alunos tinham que ter os cantos, começava-se com o hino nacional, hino da bandeira, hino da república, do soldado e depois todas as canções infantis que eram uma série delas, cantigas de rodas, tudo tinha nesse caderno de cantos, porque se cantava muito.⁵²

O aprendizado dos hinos e canções que enalteciam a pátria no período do Estado Novo era efetivo e dinâmico. Suas letras e melodias carregadas de conteúdos nacionalistas eram entoadas no ambiente escolar, auxiliando as várias disciplinas como História e Geografia do Brasil, ensino de educação cívica, moral e educação física e também datas comemorativas, com o objetivo de serem gravadas na mente da criança e levadas as suas casas.

Nas lembranças apresentadas pelos professores, o civismo era muito presente dentro das salas de aula. Mário Sonogo lembra que “antigamente existia muito mais civismo, como por exemplo, na semana da pátria, existia mais amor pela nação, hoje em dia não se vê mais como era”.⁵³

Da mesma forma Vanda Miliolli que também foi professora na Margem da Estrada Geral, traz recordações sobre as saudações feita à bandeira nacional:

Então na segunda-feira uma turma toda tinha que hastear a bandeira e na sexta-feira a turma da tarde que arriava a bandeira. Desde que entravam na escola já sabiam o hino nacional, porque se cantava a saudação à bandeira o que eu não vejo nos dias de hoje. Claro que nós não marchávamos porque não se tinha banda, mas saudação à bandeira e sempre no final tinha os “comes e bebes” que a comunidade dava ou nós fazíamos e levávamos.⁵⁴

⁵¹ VENERA, José Isaías. Op cit. p. 77.

⁵² Maria Just, entrevista citada.

⁵³ Mário Sonogo, entrevista citada.

⁵⁴ Vanda Miliolli, nasceu em Criciúma no dia 01/03/1944. Entrevista concedida a Jane Schardosim. Criciúma 06/04/2011

Le Goff discutindo sobre História e Memória, afirma que “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”⁵⁵. O autor salienta que “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva”.⁵⁶ O culto aos símbolos nacionais faz parte da memória coletiva de uma sociedade.

Maria Just lembra que os materiais que o Estado muitas vezes não fornecia, utilizados em sala de aulas, eram comprados com o dinheiro do caixa escolar:

A contribuição dos pais chamava caixa escolar. Era sempre uma pequena contribuição, no começo mesmo, acho que os pais pagavam o que precisavam, entendesse cada um dava alguma coisa. E com esse dinheiro comprava-se o giz quando o Estado não dava, comprava-se uma toalhinha pra mesa, comprava-se alguma coisa para os alunos, o que todos os alunos usavam. Tinha muita dificuldade ter material escolar, porque a gente diz assim, eram colonos, mas ninguém tinha dinheiro, então se tivesse uma régua, era uma régua ai um usava a régua o outro usava, o compasso era muito difícil, lápis de cor era uma coisa rara, era muito caro antigamente este material. Então existiam os lápis de cor que todos usavam, na medida em que precisava. A gente comprava as folhas pra fazer as provas no final do ano, era aquele papel palpado, hoje nem sei se ainda existe, acho que até existe. E os livros da escola eram comprados pelos pais, mas não se escreviam nos livros, os livros continham basicamente textos.⁵⁷

Arelado a campanha nacionalista, com o controle dos conteúdos nas escolas, o governo brasileiro instituiu na constituição de 1937 a obrigatoriedade do ensino primário gratuito a todos os cidadãos:

“Art. 130 – o ensino – primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigido aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar”.⁵⁸

Ghiraldelli Jr. observando sobre a gratuidade do ensino primário na constituição de 1937, afirma:

Com o artigo 130 o Estado Novo forneceu indícios de não desejar carrear os recursos públicos provindos dos impostos para a democratização das oportunidades de educação para a população. Pelo contrário, deixou

⁵⁵ LE GOFF, Jacques. Op. cit. 422.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Maria Just, entrevista citada.

⁵⁸ LOURENÇO, Leila. Lembranças, registros e percepções do processo de ensino e aprendizagem. In: RABELO, Giani et al. Escola Casemiro Stachurski: das aulas particulares/ comunitárias ao ensino municipal, Criciúma, SC; UNESC, 2005. p. 44.

transparecer a intenção seguinte: os mais ricos, diretamente, deveriam financiar a educação dos mais pobres. Institucionalizou-se, assim a escola pública paga e o donativo obrigatório através da caixa escolar.⁵⁹

A aplicação do Caixa Escolar mostra a política de financiamento de educação pública em que o material didático, os livros e a merenda não eram entendidos, até o momento, como direito à educação das crianças. Os pais deveriam colaborar financeiramente, no ato da matrícula e durante todo o ano, com o objetivo de contribuir na merenda, no uniforme e materiais aos alunos mais necessitados e também na compra de prêmios distribuído aos melhores alunos da sala.

Outro ponto presente na experiência dessa escola foi a identidade brasileira. Para a fiscalização da Campanha de Nacionalização, foi designado que inspetores supervisionassem o trabalho das escolas, pois a escola era considerada o local onde se preparavam os novos brasileiros dentro do verdadeiro espírito de nacionalidade. Os professores/as eram orientados/as por inspetores para este fim. Para eles a escola teria que ser uma oficina de caracteres adaptáveis ao regime político brasileiro. Coerente com essa visão, as inspeções focavam a parte pedagógica de acordo com o pensamento nacionalista.

As visitas dos inspetores escolares nas instituições são recuperadas nas memórias com certo receio entre os professores. Mário Sonego recorda que “existia um grande respeito pelos inspetores escolares”⁶⁰. Os relatórios de inspeção ou os Termos de Visita tinha como finalidade, principalmente, o andamento da escolarização, com ênfase no desempenho do professor.

Vanda Miliolli relembra a preocupação que se tinha com a visita dos inspetores, pois eram eles que analisavam o conhecimento e desempenho do aluno:

Na minha época nós tínhamos inspetores escolares que iam assistir às aulas e eles nos avaliavam. Então nós tínhamos a preocupação, porque a culpa era toda do professor, se o rendimento era baixo a culpa era do professor, então ninguém queria ter abaixo da metade, era tudo mais da metade. Eu lembro que eu nunca fiquei com menos que 70%, sempre com nível alto. Então de dez tinha no máximo dois que não tinha compreendido tudo, mais era sempre a maioria que sabia.⁶¹

No entanto a senhora Vanda acrescenta que devido à distância da escola, os inspetores almoçavam nas casas de alguns colonos da localidade, ajudando no relacionamento entre eles:

83. ⁵⁹ GHIRALDELLI JR., Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira*. Barueri (SP): Editora Manole, 2003. p.

⁶⁰ Mário Sonego, depoimento citada.

⁶¹ Vanda Miliolli, entrevista citada.

Como nossa escola era longe, eles acabavam almoçando com a gente e então quebrava um pouco este gelo. E também eles aplicavam as provas no final do ano, eles ficavam na comunidade, não na minha casa, mas era perto. Lembro-me que na casa da Maria Just os inspetores escolares dormiam, almoçavam na casa dos pais dela, porque eles iam aplicar as provas ou ia verificar como era o andamento. Era interessante porque tudo isso contava pontos para nós, nunca ouvíamos um não das autoridades, porque se nós pedíamos um material para alunos, lápis, caderno, merenda sempre eles deram para a nossa escola, por que a nossa resposta era positiva com uma boa aprendizagem.⁶²

Para Maria Just a presença dos inspetores escolares não foi tão marcante no período em que lecionava, ela aponta que:

Os professores eles eram monitorados pelos inspetores escolares. A mim não marcou muito as visitas dos inspetores, sempre lidei com muita naturalidade a estas visitas. O inspetor ia lá para saber se os professores realmente estavam fazendo aquilo que o Estado queria que estivessem fazendo. Ele fazia perguntas para os alunos, olhava a escola em um todo para ver se estava varrida/limpa, o material escolar se as carteiras estavam alinhadas, se a sala estava com aspecto bom. Partia-se do princípio que a escola tinha que ser o exemplo da comunidade, tinha que ter um jardim. E o trabalho do inspetor era verificar o andamento da escola, tanto no conteúdo como na própria parte física. Visitava a escola, não lembro se era uma vez ao mês ou a cada dois meses. Cada inspetor tinha um determinado número de escolas para as visitas, e não era agendado, chegavam de surpresa. Então a escola tinha que estar sempre com um aspecto limpo, arrumado, ele olhava as frequências, a gente era obrigada a mandar todo final do mês o número de alunos que frequentavam.⁶³

Cyntia Campos afirma que “os inspetores exerciam desde aquele momento uma fiscalização criteriosa nas escolas, centralizando atenções no controle das atividades docentes, fundamentalmente vinculadas ao uso da língua, ao ensino de História e às aulas de canto”⁶⁴.

Além da preocupação com a educação moral e cívica, as questões vinculadas ao corpo e a mente saudável com o intuito de transformar as crianças em bons cidadãos e trabalhadores aparecia também como uma das prioridades. Maria Just lembra que a higiene era bastante cobrada dos alunos, observando as unhas ou se tinham piolhos:

A gente fazia revista das unhas, porque como as pessoas que frequentavam a escola eram filhos de colonos que trabalhavam na roça, as unhas não eram muito limpas, até porque não se tinha os hábitos de higiene que se tem hoje. Então a gente fazia a revista das unhas, que quem fazia quando eu fui professora era o coleguinha, acho que era sorteado ou cada dia era um esse detalhe eu não lembro, mais eram os alunos. A unha tá suja, assim na unha (umas batidinhas na mão) tem que lavar a unha. Então o castigo do meu tempo não eram castigos físicos que machucassem alunos não, sabe, quando muito tu apertavas o aluno e fazia ficar sentado e quieto pra ficar escutando ou pra ficar ouvindo o coleguinha lendo.⁶⁵

⁶² Vanda Miliolli, entrevista citada.

⁶³ Maria Just, entrevista citada.

⁶⁴ CAMPOS, Cyntia Machado. Op. cit. p. 155.

⁶⁵ Maria Just, entrevista citada.

Sobre a questão da higiene nas salas de aulas Vanda Miliolli recorda:

Era a tal da higiene, não é que nós batíamos com a régua não, era porque existia muita mina de carvão e eles se sujavam muito, tinha muito rio com aquela água amarelada e não queríamos que as crianças ficassem encardidas como se diz, então tínhamos a tal da higiene, nós ensinávamos de tudo. Desde higiene, da aprendizagem, do saber se comportar, as boas maneiras, se sentar na mesa, ensinar a rezar tudo isso na escola nós ensinávamos. Eu me lembro sobre a postura de como se sentar no banco e se comportar na igreja, doutrina de ensinar rezar, nunca me lembro de ter começado um encontro, uma aula sem antes rezar. Porque na época não existia professor de Ed. Física, então nós falávamos assim, os meninos pegam a bola e vão brincar e nós ficamos conversando com as meninas, orientando na parte sexual, higiênica, a menstruação nós falávamos para se cuidar, pois elas não falavam com os pais e conosco elas falavam. Eu me lembro que elas perguntavam por que doía a mama, e nós dizíamos que era porque estava crescendo. Às vezes nós queríamos ficar com os meninos, então nós dávamos para as meninas petecas feitas por elas mesmas, eram muito inteligentes. Então para os meninos nós mandávamos ter cuidado sempre lavar bem, nós tínhamos cartazes que mostravam o pênis e dizíamos como deveriam fazer para lavar. Tínhamos uma grande preocupação com a higiene.⁶⁶

O senhor Mário Sonego recorda que “durante o recreio ou quando se tinha um tempo eu dizia para a gurizada levar uma bola, então nós brincávamos, eu brincava junto com as crianças”.⁶⁷

As lembranças colocadas pelos os professores/as são apoiadas pela argumentação de Cynthia Machado Campos,⁶⁸ segundo a qual as questões educacionais apareceram vinculadas à temática do saneamento e da higiene a partir da década de 1930. Em uma sociedade em que era idealizado o indivíduo saudável e instruído, a escola foi a instituição onde pareceu ser possível, naquele momento, atingir amplos segmentos da população no sentido de normalizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos. Com o Estado Novo essas práticas foram ampliadas servindo como instrumento de controle ativo pelo regime autoritário. Os professores das escolas públicas recebiam instruções sobre os procedimentos a serem adotados junto aos alunos. As instruções detinham-se na postura, nos movimentos executados, na vigilância durante as aulas e a higiene.

Ao longo do tempo o professor foi recebendo outras atribuições além de ensinar a ler e escrever. A preocupação com a formação da criança passou a ser o objeto principal. Além do controle ao comportamento da criança, por volta da década de 1960 a alimentação da criança passa a ser discutido. De acordo com as lembranças de Maria Just:

⁶⁶ Vanda Miliolli, entrevista citada.

⁶⁷ Mário Sonego, depoimento citado.

⁶⁸ CAMPOS, Cynthia Machado. Op. cit. p. 151

Na década de 1960 não sei precisar direito, surgiu a merenda escolar, mas não tinha quem fizesse, a professora dava a aula, fazia a merenda e distribuía, era assim que funcionava. A gente também cuidava dos piolhos, da sarna, cuidava da língua que o governo havia proibido que se falasse o italiano, por ali era uma região de italianos, então existia, toda a escola tinha que ter uma organização que se chamava Liga Pró Língua Nacional, porque era pra falar a língua nacional. A gente tinha que corrigir na escola, alunos que quisessem falar em italiano a gente era obrigado a corrigir como professora.⁶⁹

Vanda Miliolli recorda sobre a merenda e sobre a importância para as crianças:

Os pequeninhos que vinham de manhã, às vezes eles vinham para tomar café, e eu sentia a necessidade de fazer a merenda, vinha o leite então a primeira coisa era dar a merenda para eles. Era um copo de leite com chocolate, então nós íamos pra aula, era assim um pouco diferenciado das outras, isso eu fazia com a minha turma e então eu assumia. Na hora da merenda era aquela sopa gostosa, porque o Mec⁷⁰, não me lembro mais, dava a merenda mais quem dava os legumes era a comunidade ou então o que nós mesmo professoras levávamos, nós enriquecíamos aquela sopa.⁷¹

Outra questão recordada pelos professores é a questão dos castigos físicos na escola.

Maria Just ao lembrar sobre os castigos físicos coloca:

Existiam castigos, eram eu não sei até que ponto se pode, por exemplo, assim, hoje, o centro da escola era o professor, o professor ficava em um tablado onde ficava a mesa e o professor, mais alto um pouco que os alunos, e os alunos enfileirados os professores viam todos os alunos como se fosse do alto. Isso depois com a Pedagogia mais moderna, isso se aboliu, eu fui da época em que a gente tirou o estrado. Então, quando se fala nos castigos escolares, eu sei que tinha professor que botava aluno de joelho, botava aluno no canto da sala virado pra parede, na verdade os maiores castigos do meu tempo, eram alunos muito falantes, era mesmo virado pra parede obrigado ficar em silêncio.⁷²

Mário Sonogo relembra que nunca foi de bater nas crianças, ele coloca que “sabia contornar bem a gurizada, às vezes, dava uns tapinha só”.⁷³

Por meio das lembranças de cada professor nos permite transportarmos e a conhecermos um pouco do processo pedagógico da escola objeto, conhecendo as questões políticas - pedagógicas que envolviam o período trabalhado. Le Goff afirma que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente na qual a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”.⁷⁴ Percebe-se que ao negarem os castigos, relativizarem-no ou simplesmente colocar que “eu sei

⁶⁹ Maria Just, entrevista citada.

⁷⁰ Ministério da Educação e Cultura.

⁷¹ Vanda Miliolli, entrevista citada.

⁷² Maria Just, entrevista citada.

⁷³ Mário Sonogo, depoimento citado.

⁷⁴ LE GOFF, Jacques. Op. cit. p. 422.

que tinha professor que botava aluno de joelho”, os narradores evidenciam algo presente na memória de velhos. Guardar uma imagem de si que é positiva, nesse caso, se dá porque houve muita mudança nas leis de educação frente ao uso de castigos físicos.

No próximo capítulo analisaremos as lembranças de alguns alunos que fizeram parte da Escola Pública Mista da Margem da Estrada Geral.

4 ALUNOS E ALUNAS: EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS

Nesse capítulo procuro dar visibilidade às lembranças da infância, vividas na escola em análise e recordadas pelos entrevistados. Os rememoradores falaram das dificuldades, dos castigos, dos registros e percepções do processo de ensino e aprendizagem e também as brincadeiras. Ao relatarem suas experiências é possível perceber a emoção no tom da voz, nos sorrisos discretos, nas risadas sonoras, nos suspiros e no murmúrio ao rememorar uma aflição ou decepção.

Solange Jobim⁷⁵ coloca que falar da infância é se reportar às lembranças do passado, não como de fato ocorreu, mas um passado que é recontado a partir do presente e que se projeta. Neste recontar a autora acrescenta que adultos e crianças descobrem juntos, signos perdidos, caminhos e labirintos que podem ser retomados, continuações de histórias em permanente devir.

Na primeira metade do século XX, o número de escolas era bastante pequeno, principalmente nas áreas rurais, dificultando o acesso das crianças completarem os estudos. As escolas localizavam-se em locais de difícil acesso, necessitando longas caminhadas para chegar até ela. Essa dificuldade de acesso talvez tenha constituído para muitos um obstáculo em manter seus filhos estudando. Apesar disso, o tempo gasto para o deslocamento até a escola e o período de estudos poderiam ser utilizado no trabalho agrícola desempenhado pela família, na qual a criança estava inserida desde muito cedo. A Escola Pública Mista da Margem da Estrada Geral possuía o ensino do 1º ao 3º ano do primário, tendo os alunos que se deslocarem até o Lapagesse, no centro da cidade, para terminarem os estudos. Todavia nem todas as crianças tinham a possibilidade de concluírem seus estudos, por ser uma região em que as famílias viviam da agricultura muitas crianças ajudavam seus pais na economia de subsistência familiar.

O senhor Antônio Meller que estudou na escola da Margem da Estrada Geral no ano de 1937, nos relata que desejava continuar seus estudos, mas não foi possível, devido ao valor que algumas famílias davam aos estudos da época:

Quando eu comecei a estudar eu tinha uns seis, sete anos. Estudei até o terceiro ano, e quando terminei o terceiro ano, os meus colegas o Pedro Just e outros, iam começar no Lapagesse na época fazer o quarto ano e meu pai não deixou, porque de manhã até meio dia eu ficava na escola e almoçava e

⁷⁵ PEREIRA, Rita M. R.; Souza, Solange J. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER, Sônia e LEITE, M.I. (org) Infância e produção cultural. Campinas: Papyrus, 1998.

descansava o almoço, depois pegava a enxadinha e ia pra roça. Então ele me deixou repetindo o ano aqui, com a professora. Então foi o curso que eu tive, dói isso né?⁷⁶

De acordo com Rabelo⁷⁷ a terra, o jeito de trabalhar com ela, seria o maior legado que um pai poderia dar para seus filhos. O objetivo de enviar as crianças para a escola, muitas vezes, resumia-se aprender a escrever seu nome e fazer conta. O espaço escolar e o trabalho da professora não eram as únicas formas possíveis de aprendizagem.

No entanto nem todas as famílias da mesma temporalidade possuíam a mesma mentalidade, e encaminhavam seus filhos e filhas para a continuação dos estudos. Foi o caso de Maria Just e Vanda Miliolli, conseguindo as duas completarem seus estudos na escola do Lapagesse. Maria Just lembra que no ano de 1950, quando completou sete anos de idade, entrou no 1º ano do curso primário na Escola Pública Mista da Margem da Estrada Geral:

Dos 11 irmãos, eu sou a sétima filha, todos nós estudamos o curso primário nessa escola, o mais velho começou a estudar ali, lá por 1937/ 1938 só não sei precisar a data. Eu entrei nesta escola em 1949 ou 1950 com sete anos completo. Fazia-se nesta escola primária até o 3º ano do curso primário a partir daí tinha que se buscar o 4º ano, sendo que de nossa família todos fizeram no Lapagesse que é uma escola do centro de Criciúma.⁷⁸

De acordo com as lembranças da senhora Vanda Miliolli, até o 3ª ano do primário ela completou na escola da “Margem”, indo terminar seus estudos no Lapagesse, tornando-se posteriormente professora:

Eu comecei a estudar na escolinha, depois fiz meu ginásio todinho no Lapagesse. Eu queria ser professora e meu pai não queria que eu estudasse, queria dar estudo para os filhos homens e eu fosse costureira igual minha mãe, ele dizia que mulher não precisava estudar. Mas eu fui à luta, eu e meus irmãos vendíamos verdura para ganhar dinheiro e pagar a passagem.⁷⁹

A fala de Vanda Miliolli remete a condição e situação da maioria das mulheres até meados do século XX. Pois, as mulheres iniciaram suas conquistas frente a sociedade machista principalmente nesse século. A opinião do pai dessa senhora não foge a regra do pensamento desse tempo a respeito do papel das mulheres na sociedade. A mulher era educada com objetivo de se tornar dona de casa e cuidar dos filhos. Nos grandes centros urbanos as mulheres já haviam conquistados maior independência indo em busca de seus

⁷⁶ Antônio Meller, entrevista citada.

⁷⁷ RABELO, Giani. Op. cit p. 69.

⁷⁸ Maria Just, entrevista citada.

⁷⁹ Vanda Miliolli, entrevista citada.

sonhos e objetivos. Nas áreas rurais a situação era pior, a maioria das mulheres eram ensinadas apenas para serem mães e donas de casas.

Por meio das recordações se percebe que a representação da escola para a família atinge de forma direta a criança. As famílias atribuem à escolarização uma valorização diferenciada, ou seja, para algumas mandar os filhos à escola era a única finalidade a ser alcançado, para outros, ela não significava muito.

4.1 LEMBRANÇAS DA ESCOLA

Ao relatarem suas experiências, os/as entrevistados/as, em diversos momentos, enfatizam algumas experiências atribuindo, de acordo com quem recorda, maior ou menor relevância a elas. Segundo Ecléa Bosi⁸⁰, na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Ao recordarem os tempos da infância, o período escolar apresenta um significado especial, recordam desde a ida para a escola, da primeira professora, da aprendizagem, das brincadeiras e também dos castigos.

O senhor Antônio Meller relembra sobre o tempo de escola, do tempo da lousa, dos tinteiros e da caneta com pena:

Era uma sala só, com meninas e meninos tudo junto na mesma sala. As carteiras eram daqueles sistemas com bancos na frente. Era comprido, dava (cabia) cinco (alunos) cada carteira. Então tinha o espaço para sentar e tinha uma tábua assim de fora a fora e ainda, em cima da carteira era feito um furo para colocar o tinteiro, porque não era com caneta que escrevia, a caneta era de pena que era usada para poder escrever. Então, pra não virar o tinteiro era feito um buraquinho e colocava naquele buraquinho, pra não ter perigo de virar. O material para a escola nós levávamos numa bolsinha de pano. Tinha o livro pra gente que era o primeiro ano, segundo ano e a lousa pra gente escrever com lápis, que era de pedra também. E outras coisinhas que tinha tinteiro, a caneta. A gente usava pra fazer os trabalhos era uma lousa, com giz, não era escrito, no caderno era só quando era pra copiar as contas, essas coisas que era pra decorar, se não era feito tudo na lousa. Apagava, quando terminava, fazia aquele trabalho, apagava e começava outro.⁸¹

As lembranças do senhor Antônio Meller remetem a artefatos que fizeram e fazem parte da cultura escolar. Viñao Frago afirma que “cultura escolar refere-se ao conjunto de aspectos

⁸⁰ BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.55.

⁸¹ Antônio Meller, entrevista citada.

institucionalizados, ao cotidiano do fazer escola, aos modos de pensar, aos objetos escolares e a materialidade física, enfim, a cultura escolar é toda vida escolar”⁸². Pesquisar a cultura escolar é estudar os processos e produtos das práticas escolares, isto é, métodos que permitem a difusão de conhecimentos. Desta forma, desde os cadernos, atas escolares, relatórios de inspetores e livros didáticos servem como fonte histórica, embora nem sempre estes utensílios são preservados, cabendo aos pesquisadores reconstituir práticas sociais não mais presentes.

O livro didático no período nacionalista (1937-1945), também foi utilizado pelo governo como forma de manter o controle. O livro passa a ser orientado de acordo com os objetivos estabelecidos pelo novo regime em relação ao papel da educação. Venera⁸³ aponta que a tentativa de unidade nos livros didáticos ganhou fôlego, principalmente, com a criação, em 1938, da Comissão Nacional do Livro Didático. Esta medida juntando-se a outras, visava proibir a autorização da publicação do livro didático que não passasse pela triagem do governo. Nesse entrelaçamento, entre material didático e política nacional, transformou as cartilhas em dispositivos em que as crianças, repetindo pequenos textos reproduziam os ideais nacionalistas.

No livro didático do 1º ano do primário “Vamos Estudar” de Theobaldo Miranda Santos⁸⁴ utilizado por Marlene Milanez quando freqüentava o 1º ano do primário da escola da ‘Margem’ e possivelmente outros alunos tenham utilizados este mesmo livro, podemos ter uma noção das disciplinas que faziam parte da proposta curricular e estavam inseridos no livro didático. Venera coloca que “o currículo se constitui em artefato cultural ao engendrar saberes que correspondem a tensões de sua época, neste caso relativo ao corpo, à raça, à identidade”⁸⁵. No livro apresentava como disciplina: Linguagem, Matemática, História e Geografia do Brasil, Ciências naturais e Higiene.

Na parte sobre linguagem, o livro apresenta várias histórias acompanhadas de questionários. As histórias constituíam-se de coisas do cotidiano, fazendo alusão em vários momentos da família feliz, a religião, exaltação ao trabalho, o progresso e o amor à pátria. Os textos eram fáceis de ler e gravar nas mentes das crianças. O senhor Antônio Meller, ainda recorda-se de alguns textos presentes no livro didático:

⁸² VIÑAO-FRAGO, A. ESCOLANO, A. (1998). Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 47

⁸³ VENERA, José Isaías. Op. cit. p. 86

⁸⁴ SANTOS, Theobaldo Miranda. Vamos estudar?. 24 ºEd. Agir: Rio de Janeiro. 1955. p. 6-119.

⁸⁵ VENERA, José Isaías. Op cit. p. 89

Então tinha os livros. Tinha o livro do primeiro ano, do segundo ano e do terceiro ano. Tinha História, Geografia, tudo tinha, mas era livro que se comprava na loja. Lição, às vezes eu ainda digo que tinha muito provérbio, por exemplo, de vez enquanto eu ainda digo o que tinha no livro, água mole em pedra dura tanto bate até que fura, barco parado não ganha frete, é de pequeno que se torce o pepino, isso tudo assim.⁸⁶

Maria Just também se lembra das histórias que continha nos livros:

E os livros da escola eram comprados pelos pais, mas não se escreviam nos livros, os livros continham basicamente textos. Os textos eram textos infantis, muita história como, que tu tiravas uma moral da história sabe, o gato e o rato, muitas histórias de Monteiro Lobato já se usou na escola, histórias clássicas infantis, já tinha nos livros infantis ou trabalhava-se muito com provérbios, água mole em pedra dura tanto bate até que fura, cada macaco no seu galho, eram pessoas que também usavam em casa, então se usava na escola, se falava sobre isso.⁸⁷

O ensino de História e Geografia do Brasil também se apresentava como um mecanismo forte para manter a segurança nacional⁸⁸. O professor além de ensinar os grandes heróis e as datas compreendidas importantes, mapas e fronteiras do Brasil e dos Estados, ensinar o Hino nacional, da bandeira também eram fundamentais. De acordo com as lembranças do senhor Antônio Meller:

Se decorava o hino nacional e cantava, por exemplo, quase todo dia era cantado o hino nacional, o hino da bandeira. E hoje a maioria dos alunos não sabem cantar o hino nacional. Inclusive, por exemplo, todo dia pra entrar na escola era feito fila e tinha que entrar marchando na escola.⁸⁹

Venera coloca que “as letras dos hinos deveriam ser ensinados pela audição, para que, em primeiro lugar, o professor ensinasse a boa pronúncia de cada verso”⁹⁰. O controle sobre a língua e a pronúncia era bastante controlado, pois ainda existiam famílias que falavam a língua do país de origem, no caso da localidade de Santa Luzia, a língua italiana. Antônio Meller lembra o controle que se tinha na escola sobre o uso língua, falar em italiano era proibido:

Só em português, inclusive, por exemplo, tinha o meu pai e o meu avô, quando o meu avô, ele morreu com oitenta e seis anos, e eu tinha doze anos quando ele morreu, e nós, a irmandade e tudo, meu pai, minhas irmãs, eles não falavam em português e nós começávamos então a falar em italiano com

⁸⁶ Antônio Meller, entrevista citada.

⁸⁷ Maria Just, Entrevista citada.

⁸⁸ CAMPOS, Cyntia Machado. Op. cit. p 159.

⁸⁹ Antonio Meller, entrevista citada

⁹⁰ VENERA, José Isaías. Op. cit. p. 90

ele, na escola ninguém falava italiano, era proibido mesmo falar em italiano.⁹¹

A língua portuguesa tornou-se obrigatória nas escolas do Brasil durante o governo do Estado novo. Os professores e os inspetores eram os responsáveis pela manutenção da identidade cultural brasileira. A pretensão que se tinha era a transformação das crianças, pois estas precisavam abandonar seus valores individuais, familiares e coletivos em troca da assimilação da língua vernácula, de conhecimentos sobre a Pátria e os princípios ético-morais aplicadas às escolas a serviço da nacionalização. Podemos imaginar a pressão sentida pelas crianças descendentes de imigrantes, sendo necessário se comunicarem com a família na língua de origem e a cobrança na escola pela língua portuguesa.

Dentre as recordações sobre as aprendizagens destaca-se também o ensino religioso. A questão do ensino religioso e dos princípios morais também recebeu relevância dentro da sala de aula. De acordo com Oliveira “o ensino teria como objetivo uma ação moderadora na sociedade, competindo o ensino de valores e atitudes cristãs que contribuiriam para a paz e para a tranquilidade social”⁹². Antônio Meller lembra-se que “antes de assistir as aulas era necessário rezar, fazer as orações e na hora da saída também se fazia os agradecimentos”.

Além do ensino religioso as datas comemorativas também tiveram destaque. As datas são lembradas pelos ex-alunos da escola. Antônio Meller:

Todo feriado, sete de Setembro, quinze de Novembro, no dia da bandeira e assim por diante. Dia sete de setembro, quando nós nos pintávamos, nós visitávamos outra escola, então a gente fazia festinha, fazia piquenique... as festinhas da escola nos feriados era ou em casa do meu pai ou em casa de outra menina, porque tinha pêssego, tinha ameixa, tinha uva. E eles recebiam a gente com a maior alegria.⁹³

Naquele período, as atividades cívicas eram frequentes nos ambientes escolares. Organizadas com cuidado, serviam de exaltação a personalidades da história brasileira e dos valores patrióticos a eles associados. Seyferth discute que “o estímulo ao patriotismo, o uso de símbolos nacionais e comemorações das datas nacionais também são pontos destacados na legislação federal”⁹⁴. Segundo a autora o civismo ganhou uma atenção especial como instrumento de assimilação e meio de formação de uma consciência nacional. Nesse aspecto, a

⁹¹ Antônio Meller, entrevista citada.

⁹² OLIVEIRA, Lilian Blanck de [et al.]. Ensino Religioso: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 52

⁹³ Antônio Meller, entrevista citada.

⁹⁴ SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 220.

questão educacional supera os limites da escola chegando à comunidade através de solenidades públicas de exaltação aos símbolos e heróis nacionais.

De acordo com as lembranças do senhor Antônio Meller “todos os dias para entrar na sala de aula era feito uma fila e tinha que entrar marchando na escola”⁹⁵. Eram momentos cuidadosamente organizados, com os alunos envolvidos em programações com conteúdo cívico e moralizador, contando com a participação da comunidade externa nos eventos sendo registradas nas atas sua presença.

Na fotografia abaixo retirada na inauguração da Escola Pública Mista da Margem da Estrada Geral, no ano de 1937, mostra os alunos em sua maioria uniformizados com a presença da professora Rosa Manenti Meller no centro da imagem, representando o ensino tradicional. Como pano de fundo se encontra a escola e no centro da imagem a bandeira do Brasil, lembrando o período nacionalista.

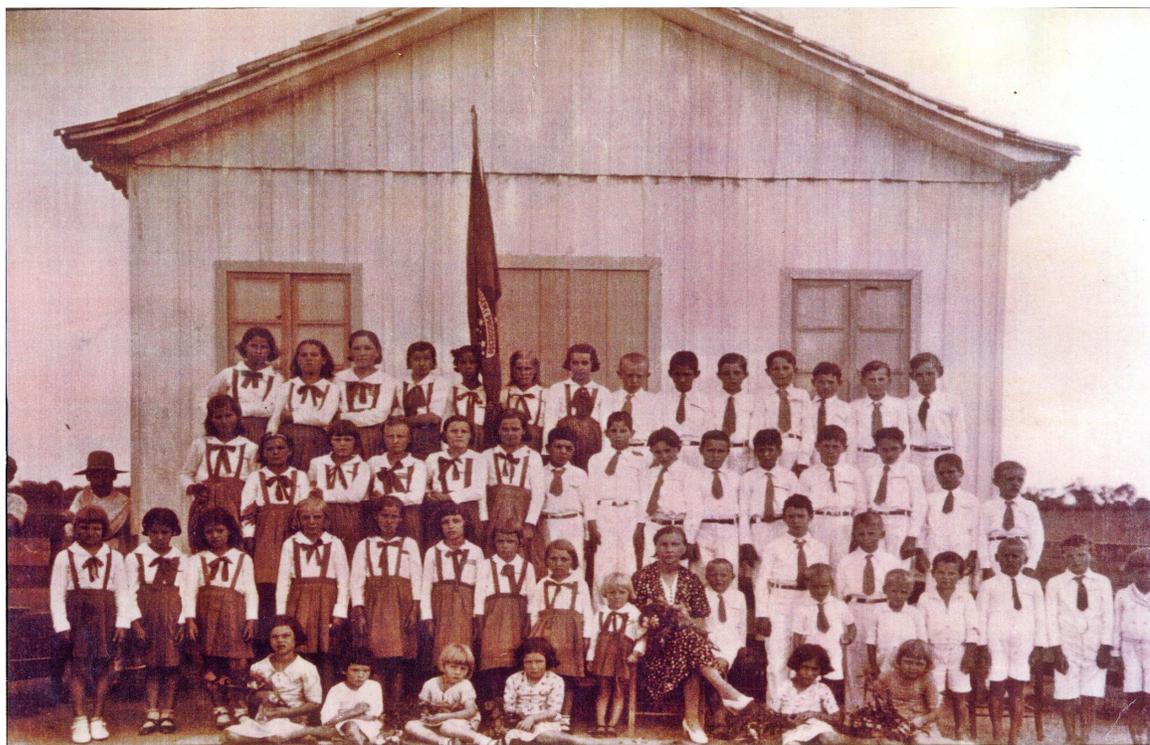


Foto da Escola Estadual da Margem da Estrada Geral no ano de 1937 – Acervo Histórico Escolar -1979.

Segundo Fischman e Cruder “ver imagens fotográficas implica uma dupla metamorfose. A primeira, no olhar do observador, a outra, naquilo que foi organizado, capturado, enquadrado, registrado em imagem”⁹⁶.

⁹⁵ Antônio Meller, entrevista citada.

⁹⁶ FISCHMAN, Gustavo E; CRUDER, Gabriela. Fotografias escolares como evento na pesquisa em educação. Ed. Educação e realidade, Porto Alegre: Faculdade de Educação UFRGS, v. 28, n.2, p.45, jul./dez 2003.

As lembranças da figura da primeira professora foi comum para alguns dos narradores. Maria Just lembra-se que na época em que estudava existia apenas uma professora para dar aulas para três turmas:

A escola quando começou a funcionar tinha apenas uma professora para todos os níveis escolares. Por exemplo, não falava em séries, se falava mais em ano, todas as séries funcionavam em um turno só com uma professora, falava-se que a professora ensinava as crianças. Não se falava muito em cursos por série, a criança entrava ia aprendendo quando soubesse bem ler e escrever ela tinha completado o 3º ano levava três anos, com a repetência levava 4 ou as vezes até 5 anos, porque não existia pré-escolar, a criança de trabalhar na roça ela já ia para a escola e ai fazia de 1º a 4º ano.⁹⁷

O senhor Antônio Meller sobre sua primeira professora, relembra que:

Primeiro era a dona Lili, a Laurinda, foi a primeira quando eu comecei. Ela era enérgica, nós não tínhamos moleza com ela não, era muito boazinha, coisa, mas na hora certa ela sabia repreender os alunos. Uma areinha em baixo pra ficar ajoelhado, puxão de orelha e a varinha de marmelo também, quando o aluno era meio rebelde, se ganhava uma varadinhas nas costas.⁹⁸

Trata-se de Laurinda dos Santos Coelho, mais conhecida por dona Lili que atuou na escola entre os anos de 1925 a 1936 como foi colocado no capítulo anterior.

No ambiente escolar os castigos e as punições escolares eram utilizadas pelas professoras com o intuito de “educar” as crianças. Lúcia Felisberto, também estudou nesta escola relembra que:

Tinha uma média de 20 alunos (cada classe), a professora era bem enérgica. Eu lembro de um tapa que ganhei nas costas que arde até hoje, mas foi merecido. Eu acho que ela era uma boa professora, eu era criança e não tinha muita noção, na verdade eu estudei só seis meses, porque naquele tempo tu entrava e em seis meses se tu tinha condições tu passava, era tudo meio ajeitado. Eu lembro que eu estudei só o primeiro semestre.⁹⁹

Como podemos perceber a agressão física era utilizada como forma de educar, sendo concedidas e aplicadas pelos próprios professores e que foi de certo modo, negado no capítulo anterior. Os castigos escolares que as crianças recebiam pelos diversos motivos, mostravam um período em que a concepção da infância era diferente, e conseqüentemente, de educação. O rigor, a obediência, o silêncio, ou seja, “o bom comportamento” era o que poderia, para os

⁹⁷ Maria Just, entrevista citada.

⁹⁸ Antônio Meller, entrevista citada.

⁹⁹ Lucia Kesting Felisberto nasceu em Criciúma em 09/07/1951. Entrevista concedida à Jane Schardosim. Criciúma 15/07/2011.

pais e professores, garantir o aprendizado das crianças¹⁰⁰. No entanto, esta lembrança permaneceu na memória da ex-aluna. Esta experiência foi negativa e gerou uma recordação dolorosa, tanto que ela mesma afirma, "arde até hoje". Apesar da sociedade daquele tempo naturalizar os castigos corporais, para quem os recebia, foi algo traumático.

A evocação da escola não remete apenas as experiências no interior desta. Ao buscar suas lembranças sobre o período que estudou na escola em análise, Lúcia Felisberto recorda também das traquinagens no caminho de ida e volta para a escola, traquinagens que evidenciam o quanto as crianças podem ser más umas com as outras:

Eu lembro que era bem complicado, porque a escola ficava do lado de lá da ponte, e o pessoal vinha tudo da Santa Luzia, do outro lado era bem pouca gente. Então nos vínhamos pela ponte e nos tínhamos medo, porque nós subíamos por cima da ponte, vinha louquiando com as outras crianças. Até lembro de um episódio de uma menina que morava aqui em cima no pasto, uma tal de Josefina, e ela morria de medo de passar na ponte, e quando ela tava passando por cima da ponte nós gritávamos assim: “Josefina, a ponte vai cair”. Ela quase morria, coitadinha, desesperada. Até um dia tinha um homem que era muito sério, o Zé da dona Maria do Brás, e ele ficou brabo e quis amolentar nós porque nós fazíamos aquilo com a menina.¹⁰¹

A passagem pela ponte também foi bastante marcante para Maria Just:

Ali era o pavor da ponte, hoje praticamente não tem mais rio ali, mas aquele rio foi muito grande, foi muito fundo, muito grande. Quando se é criança as coisas parecem maiores. Então muitos pais vinham esperar os filhos na ponte. Porque os meninos diziam que iam pra baixo da ponte pra ver as meninas passarem, é bobiça de guri.¹⁰²

A memória é seletiva e nos faz lembrar acontecimentos que, por alguma razão, foram significativos e marcaram nossa existência num determinado período. Le Goff¹⁰³ coloca que conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas. As reminiscências constituem-se como uma ligação com o passado, na medida em que revela nossa auto-imagem inserida no contexto histórico, com isso torna-se um documento vivo do passado que está em constante processo de transformação. Ao considerar que a memória individual é composta por símbolos, valores e normalizações evidenciam-se o seu caráter social, permitindo constatar que esta é permeada pela memória

¹⁰⁰ VOLPATO, Gildo. Um pouco da infância na escola e na comunidade de Linha Batista. In: RABELO, Giani et al. Escola Casemiro Starchurski: das aulas particulares/comunitárias ao ensino público municipal. Criciúma, SC: UNESC, 2005. p. 85-86.

¹⁰¹ Lúcia Felisberto, entrevista citada.

¹⁰² Maria Just, entrevista citada.

¹⁰³ LE GOFF, Jacques. Op. cit. p. 419.

coletiva. Diante da recordação da ponte para as duas narradoras, percebe-se o quanto esses episódios foram marcantes para elas, pois suas memórias os selecionaram.

Podemos perceber nesses detalhes recordados pelos/as entrevistados/as uma parte de sua infância na sua experiência escolar. Um período marcado pela superação das dificuldades, de desenvolvimento, de ter momentos de prazer e de alegria, mas também de frustrações.

5 CONCLUSÃO

Por meio desse estudo busquei apresentar um pouco da trajetória da Escola Pública Mista da Margem da Estrada Geral e suas experiências educacionais. Utilizei entrevistas de pessoas que hoje, em sua velhice, participaram ativamente da construção da história dessa escola, seja como alunos/as ou como professores/as.

Conhecer um pouco mais sobre a história dessa escola a partir das entrevistas, do contato direto com os sujeitos que viveram estas experiências foi muito enriquecedor, me proporcionando maiores conhecimentos. Ao conversar com ex-alunos/as e ex-professores/as sobre a história da instituição, pude perceber a satisfação e o orgulho por falarem de uma parte de suas vidas, lembrando-se com grande admiração do seu passado.

Ecléa Bosi¹⁰⁴ lembra que um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos, pode chegar-nos pela lembrança dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até podem humanizar o presente. A conversa evocativa de um ‘velho’ é sempre uma experiência profunda repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-lá é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura.

Na conversa com antigos/as professores/as pude me transportar para aquele período, e imaginar como eram as formas de ensino, as dificuldades, os medos e os momentos de alegria e satisfação.

Nas lembranças sobre a infância, pude perceber que, ao mesmo tempo em que falavam das dificuldades que passaram se comparadas com as comodidades atuais, de maneira implícita parece que preferem a infância que tiveram na época à infância das crianças atuais, pois nem por isso deixaram de viver, de superar as situações difíceis e ter momentos prazerosos.

É de extrema importância cada detalhe apresentado pelos os entrevistados, pois o historiador ao lidar com vestígios, não tem por alvo recolher os grandes feitos, o tecido pronto. Busca aquilo que foi deixado de lado, os retalhos, aparentemente sem importância nem sentido, pontas e fios com os quais a história oficial não sabia o que fazer. Pois através das lembranças, podemos compreender o funcionamento da vida escolar, de detalhes do cotidiano que tiveram significado especial para os rememoradores.

¹⁰⁴ BOSI, Ecléa. Op. cit. p. 41

Como aponte na introdução foi por meio do contato com o histórico da EEB João Frassetto, que iniciei essa pesquisa. Posso então afirmar que a partir dos relatos dos entrevistados, que foram ao passado com olhar do presente, a história da Escola João Frassetto foi se transformando, recebendo outros detalhes que eram desconhecidos pela maioria das pessoas que a vivenciam e/ou a vivenciaram.

Benjamin¹⁰⁵ afirma que a figura do narrador cada vez mais vem se distanciando de nosso cotidiano, tendo isso implicação na capacidade singular de falar e escrever sobre nossas vivências e experiências cotidianas. Ele acrescenta que as experiências são as fontes originais de todos os narradores, as quais são construídas e socializadas no cotidiano entre as pessoas, através de aprendizagens extraídas de vivências particulares e/ou coletivas.

Na experiência desse educandário manifestada nas falas dos entrevistados, encontram-se questões que merecem um aprofundamento como, a cultura material escolar, a questão de gênero, a organização curricular das escolas rurais e outros. Por motivo do limite do tempo de um TCC, justifico a falta desse aprofundamento ao mesmo tempo em que sinalizo sua importância em trabalhos posteriores.

Concluo este trabalho com a certeza de que ainda esta inacabado, pois existe muito mais a se fazer. Mas, que sirva como um encaminhamento para que desperte o interesse de outras pessoas, e possa aprimorar as informações com pesquisas mais aprofundadas.

¹⁰⁵ BENJAMIN, Walter. O Narrador - considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**/ Ecléa Bosi. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BELLOLI, Mário. **A colonização italiana na região de Criciúma** (1880 – 1925). In PIAZZA, W. et al (org) Italianos em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 2001. p. 333-436.

BENJAMIN, Walter. O Narrador - considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAMPOS, Cyntia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: BRANCHER, Ana (org). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.p. 149 – 166.

COSTA, Marli de Oliveira. Tudo isso eles contavam: Memórias dos moradores do bairro Santo Antônio – Criciúma (1880-1925): Secretaria Municipal de Educação, 2000. p. 130.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003. p. 288. ISBN 8520416772

KREUTZ, Lúcio. (2000). **A educação de imigrantes no Brasil**. In LOPES, E. et al (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica. p. 347-369.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996. 551 p. (Coleção Repertórios) ISBN 85-268-0180-5.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **. 500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p. ISBN 8586583618

LOURENÇO, Leila. **Lembranças, registros e percepções do processo de ensino e aprendizagem**. In: RABELO, Giane et al. Escola Casemiro Stachurski: das aulas particulares/ comunitárias ao ensino municipal, Criciúma, SC; UNESC, 2005. p. 37-54.

MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil**. (Coloni missionari nelle foreste del Brasile). Tradução de João Leonir Dall’Alba. Ed. UFSC, Florianópolis e Prefeitura Municipal de Urussanga - SC, 1985, pp. 54-63). Futura, 2004.

MILANEZ, Pedro. **Fundamentos Históricos de Criciúma**. / Pedro Milanez. Florianópolis: Ed. do autor, 1991. pág. 28.

NASCIMENTO, Dorval do. **Agricultura e mineração na formação do espaço urbano de Criciúma**. In: GOULART FILHO, Alcides (org.) Memória e cultura do carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de [et al.]. **Ensino Religioso: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 52

PEREIRA, Rita M. R.; Souza, Solange J. **Infância, conhecimento e contemporaneidade**. In: KRAMER, Sônia e LEITE, M.I. (org) *Infância e produção cultural*. Campinas: Papyrus, 1998

RABELO, Giani. **Vozes e vidas de professores e professoras**. In: RABELO, Giani et. al. *Casemiro Starchurski: das aulas particulares/comunitárias ao ensino público municipal*. Criciúma: UNESC, 2004.

RABELO, Giani; LOURENÇO, Leila; COSTA, Marli de Oliveira. **A escola na colina: grupo escolar núcleo Hercílio Luz (1905-2002)**. Criciúma, SC: UNESC, 2003. p.82. (cadernos da história da educação das escolas da rede municipal de Criciúma; 1) ISBN 8588390167

SANTOS, Roselys Izabel Corrêa. *A terra prometida (emigração italiana: Mito e realidade)*. Itajaí, SC: Ed. UNIVALI, 1998 apud COSTA, Marli Oliveira. *Tudo isso eles contavam: Memórias dos moradores do bairro Santo Antônio – Criciúma (1880-2000): secretária Municipal de Educação*, 2000. p.130.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval e MAHFOUD, Miguel. *Halbwahs: Memória coletiva e experiência*. Psicologia USP, São Paulo, 1993, p. 285-298.

SEYFERTH, G. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo**. In: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p.199-228

VENERA, José Isaías. **Tempo de ordem: a construção discursiva do homem útil**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí. p.176. ISBN 978-85-7696-038-6.

VIÑAO-FRAGO, A. ESCOLANO, A. (1998). *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 151.

VOLPATO, Gildo. **Um pouco da infância na escola e na comunidade de Linha Batista**. In: RABELO, Giani et al. *Escola Casemiro Starchurski: das aulas particulares/comunitárias ao ensino público municipal*. Criciúma, SC: UNESC, 2005. p. 81-97.

Virtuais

COSTA, Marli de Oliveira. **História e memória: a infância nas escolas étnicas de Criciúma (SC)** I Seminário Educação, Imaginação e as Linguagens Artístico-Culturais, 5 a 7 de setembro de 2005. Disponível em: <http://forum.ulbratorres.com.br>. Acesso em: 10 Abr. 2011.

FAGUNDES, José; MARTINI, Adair César. **Políticas Educacionais: da escola multisseriada a escola nucleada**. Universidade Estadual de Ponta Grossa: 2003. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/684/68460108.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2011.

KREUTZ, Lucio. **Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio**. Disponível em: http://www.Anped.Org.br/rbe/rbedigital/RBDE15_11_LUCIO_KREUTZ.pdf. Acesso em: 10 de março 2009.

NASCIMENTO, Dorval do. **Medidas nacionalizadoras do ensino catarinense na primeira república (1911-1920)**. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. [Anais do] VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul: pesquisa em educação e inserção social. [Itajaí]: UNIVALI, 2008. Disponível em: <>. Acesso em: 30 set. 2011.

Periódicos

FISCHMAN, Gustavo E; CRUDER, Gabriela. **Fotografias escolares como evento na pesquisa em educação**. Ed. Educação e realidade, Porto Alegre: Faculdade de Educação UFRGS, v. 28, n.2, p. 39-53, jul./dez 2003.

Fontes documentais

HISTÓRICO ESCOLAR E.E. B JOÃO FRASSETTO. SANTA LUZIA – CRICIÚMA. 1979.

LIVRO TERMO ESCOLAR DA ESCOLA PÚBLICA SANTA AUGUSTA – CRICIÚMA. 07/03/1937.

Entrevistas

Antônio Meller nasceu no dia 21/05/1925. Casou-se com Mariana B. Meller com quem teve nove filhos. Entrevista concedida à Giane Rabelo. Criciúma, 19/ 02/2008.

Giácomo Sonego Neto, conhecido como Jaque, foi um dos fundadores de Criciúma, em 1880. Entrevista concedida à jornalista Joice Quadros, na residência do senhor Caetano Sônego, filho de Giácomo Sônego. Criciúma 14/09/1977.

Maria Just Harger estudou na escola da Margem da estrada Geral. Formou-se como professora, lecionando e assumiu o cargo de diretora também na escola da 'Margem' até 1974. Nasceu no dia 06/01/1942 em Criciúma. Casou-se com Anísio Augusto Harger com quem teve 3 filhos. Entrevista concedida a Jane Schardosim em Criciúma, no dia 04/04/2011.

Vanda Miliolli Simon ex-aluna, ex-professora e ex-diretora da escola. Casou-se com João Simon com quem teve um filho. Entrevista concedida à Jane Schardosim. Criciúma, 06/04/2011.

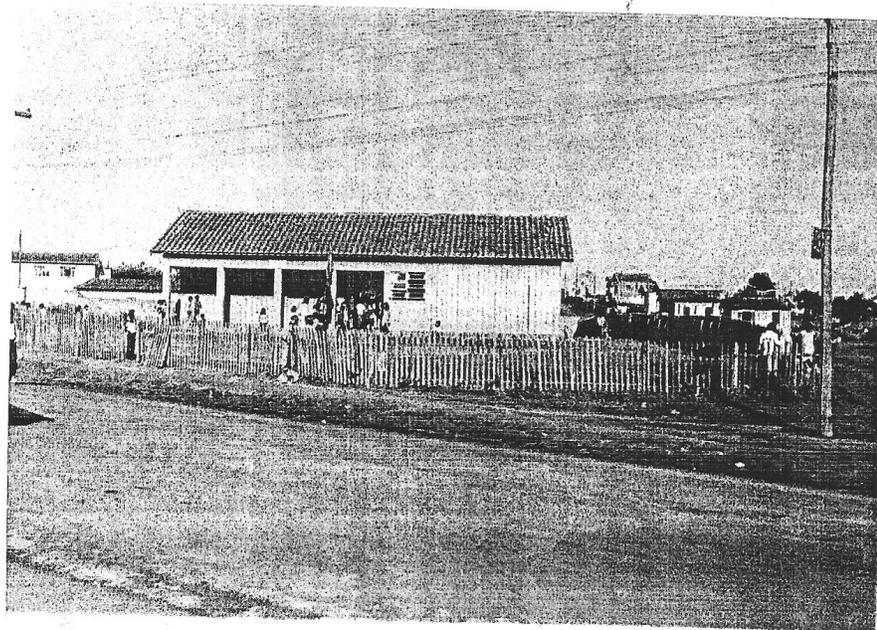
Lucia Kesting Felisberto, ex-aluna, trabalhou como servente na escola, ex-professora. Casou-se com Lourival Felisberto com quem teve duas filhas. Lucia Felisberto nasceu em Criciúma no dia 09/07/1951. Entrevista concedida à Jane Schardosim. Criciúma, 15/07/2011.

Mário Sonogo ex-professor. Nasceu em Criciúma em 26/07/1930. É casado com Iraydes Smania. Depoimento concedido à Jane Schardosim. Criciúma, 05/10/2011.

Carmela Milanese ex-aluna da escola da Margem da Estrada Geral. Neta de Demetrio Dário. Nasceu em Criciúma em 06/11/1926. Depoimento coletado por Jane Schardosim. Criciúma, 10/08 2011.

ANEXOS

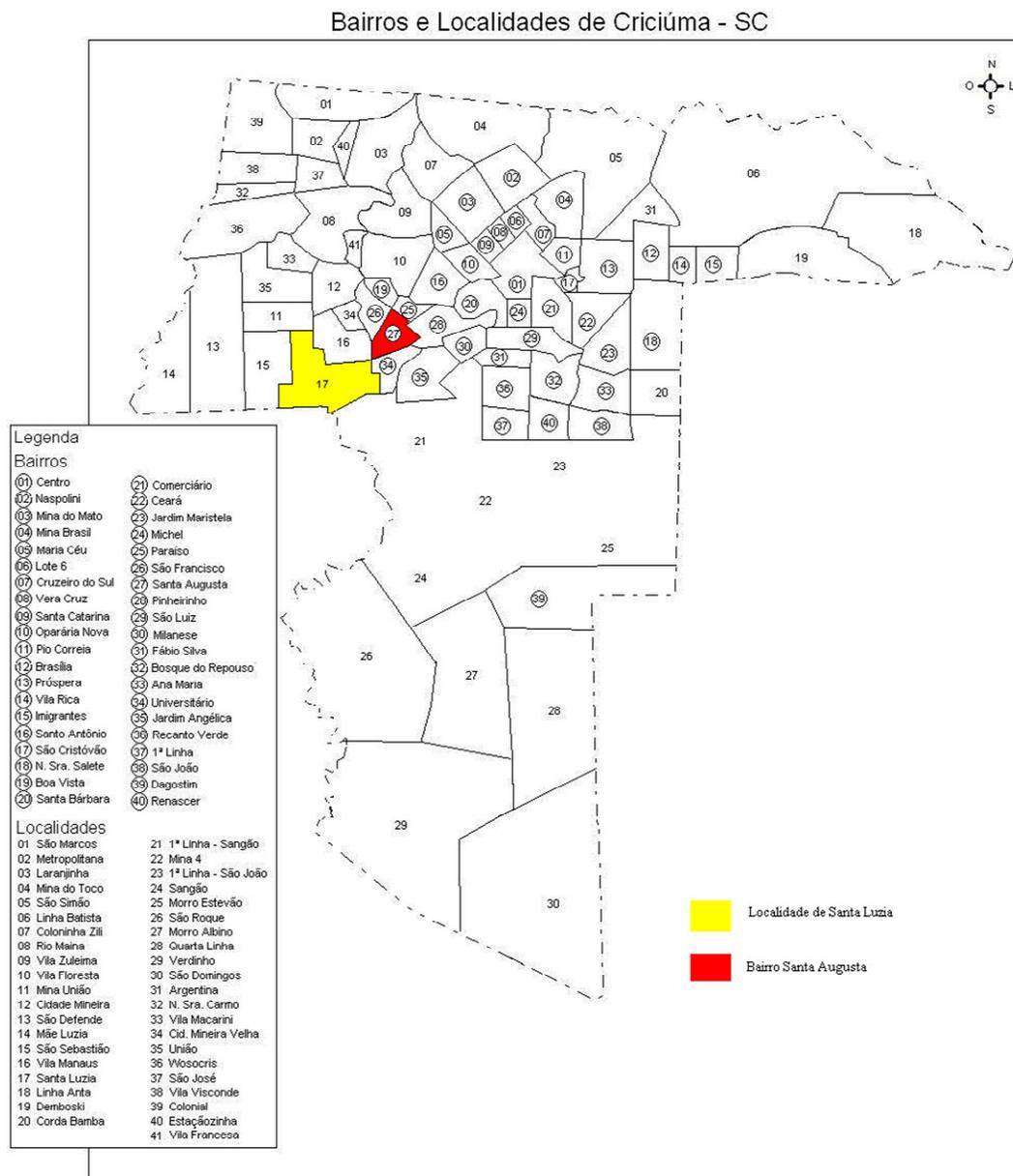
ANEXO A - FOTO ANTIGA DA ESCOLA PÚBLICA SANTA AUGUSTA. ACERVO PARTICULAR DA ESCOLA PASCHOAL MELLER.



ANEXO A – FOTO ATUAL DO LOCAL EM QUE FOI CONSTRUÍDA A ESCOLA DA SANTA AUGUSTA. – 20 NOV. 2011



ANEXO B – MAPA DO BAIRRO SANTA AUGUSTA E BAIRRO SANTA LUZIA.
ACERVO DO LIVRO A CIDADE COMO TEXTO.



ANEXO C – CONTRATO DO SENHOR ANTÔNIO JUST PARA A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA - FRENTE. – ACERVO PARTICULAR MARLENE MILANEZ

CONTRACTO PARTICULAR

Declaração de Contracto particular, que entre si fazem Antonio Just e sua mulher, d. Maria Benincá Just, ao Delegado Escolar, Estadual de Rio Sangão, Santa Augusta, senr. José Zanette, como abaixo se declara. etc.-----

S A I R A M, quanto este instrumento de contracto particular, virem, que aos vinte e trez (23) dias do mez de Agosto do ano de mil novecentos e trinta e sete (1937), na sede da Vila de Cresciuma, Comarca de Urussanga, Estado de Santa Catarina, presentes os infra assinados, Antonio Just e sua mulher, Maria Benincá Just, lavradores, residentes e domiciliados no lugar Rio Sangão, Santa Augusta, neste municipio de Cresciuma, e José Zanette, industrial, residente e domiciliado, em Rio Sangão, lugar Santa Augusta, neste municipio de Cresciuma. Os primeiros, são senhores e legitimos possuidores do lote de terras, sol. N.º 1.º no lugar acima mencionado, disseram que resolveram conceder a Prefeitura Municipal de Cresciuma, um quadro de terras do dito lote, com 40mt. de frente, com 25 ditos de fundos, que perfar uma area de mil metros quadrados. (1000m²), com as seguintes confrontações; ao Norte, frente, com a Estrada Geral, Cresciuma Mae-Luzia, e aos, Sul, Leste e Oeste, com terras dos mesmos, consedentes. Para o fim de ser edificadas, uma casa construida de madeira, para funcionar uma escola estadual, e mais benfeitorias que forem necessarias para o mesmo fim. Com as seguintes condições; ficando a casa da escola e a da professora, edificadas encima do referido terreno, enquanto funcionar a escola ahi; uma vez sendo transferida para outro ponto, ficara o encarregado da referida escola, com o direito de retirar as ditas casas e demais benfeitorias, que ahi existirem, dentro do referido quadro de terras e de dar a mesma desocupada e livre de qualquer imbaraço; Observando tambem as clausulas, seguinte: 1.º - respeitar as propriedades dos mesmos proprietarios; 2.º - fazer os alumnos da referida escola, respeitar as plantações, e arvores frutiferas dos mesmos proprietarios; 3.º - ficando os referidos proprietarios, com a preferencia da compra da referida casa e de mais benfeitorias existentes

ANEXO C - CONTRATO DO SENHOR ANTONIO JUST PARA A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA-VERSO – ACERVO PARTICULAR MARLENE MILANEZ

no referido terreno, em caso que a dita escola seja transferida para um outro ponto, pelo preço que entre os mesmos combinarem. E por assim se acharem contratados, mandarem dactylografar o presente, que assinam de seu proprio punho, com mais duas testemunhas a tudo presente. Damos o valor do presente contracto a quantia de quinhentos mil reis. (500\$000), para pagamento do sello.

Cresciuma



Agosto de 1937

Antonio Just
Maria Benincá Just
José de Lourenço

João Serafim
João Dassetto

Reconheço e... e as assinaturas supra

se... verdadeira... e de... propria... punhos... dos... senhores

Antonio Just, Antonio Benincá Just, João Serafim e João Dassetto.

de que dou fé. Em 25 de Agosto de 1937

João Serafim
João Dassetto



LEONARDO FERREIRA
TABELIÃO E ESCRIVÃO DE PAZ
DE CRESCIMA
CARRUA DE URUSSANGA



LEONARDO FERREIRA
TABELIÃO E ESCRIVÃO DE PAZ
DE CRESCIMA
CARRUA DE URUSSANGA

ANEXO D - FORMULÁRIO QUITAÇÃO ESCOLAR – ACERVO PARTICULAR
MARLENE MILANEZ

Caracterização do interessado	Nome das crianças	Idade	Estabelecimento Escolar	
			Nome e localização	Classe
Nome: <i>Antonio Just</i> Nacionalidade: <i>Brasileiro</i> Estado civil: <i>Casado</i> Profissão: <i>Carpinteiro</i> Residência: <i>Margem Geral, Brasilium</i> Interessado em quitar: <i>—</i> Observações: <i>—</i>	}	}	<i>Escola Pública</i>	
			<i>com</i>	
			<i>Margem da Estrada</i>	
			<i>geral</i>	

Registrado sob o N.º 301 em 28 de Março de 1970

Assinatura do Diretor ou Professor do Estabelecimento
Rosa Inamente Miller *Pres. ent*
Margem da Estrada em 28 de Março de 1970

I. O. E. - 1555 F

Fotografia


Estado de Santa Catarina
 Departamento de Educação
Quitação Escolar
 Decreto-lei n. 301 de 24/2/39

ANEXO E - TERMO DE VISITA - ACERVO PARTICULAR E. E. B. JOÃO FRASSETTO.

37

Térmo de visita

No dia 18 de novembro de 1959, visitei a escola isolada desdobrada de Margem da Estrada Geral, distrito e município de Criciúma, regida pela professora Maria Justi, Regente de Ensino Primário, sendo auxiliar a professora Eliene A. Oliveira, não titulada, e observei o seguinte:

- 1.º - que a última visita foi em setembro de 1957.
- 2.º - que a matrícula total era de 56 alunos, assim distribuídos:

1.º ano - M: 17	F: 14	T: 31
2.º ano - M: 5	F: 3	T: 8
3.º ano - M: 8	F: 9	T: 17
- 3.º - que a frequência média era de 44 alunos, assim distribuídos:

1.º ano - M: 11	F: 10	T: 21
2.º ano - M: 5	F: 3	T: 8
3.º ano - M: 8	F: 7	T: 15
- 4.º - que o prédio escolar pertence ao governo e se encontra em regular estado necessitando uma nova pintura.

 A sala de aula é bem espaçosa e arejada. O mobiliário se encontra em regular estado de conservação.
- 5.º - que faltava o seguinte material didático: Mapa do Brasil, quadro de linguagem, sistema métrico decimal, boletins de notas para alunos etc.
- 6.º - que estavam em funcionamento as seguintes associações - auxiliares da escola: Círculo de Pais e Professores, Caixa Escolar, Biblioteca Escolar, Liga Pro' Língua Nacional e Pelotão de Saúde
- 7.º - que a escrituração estava em ordem, faltando registrar, no livro de chamada, as notas semanais de comportamento e aplicações